

**UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**CAMPUS DE OURINHOS**

RODRIGO MACARIO

**GEOGRAFIA E GÊNERO: A MULHER NA GEOGRAFIA ACADÊMICA PAULISTA.**

Ourinhos – SP  
Outubro de 2015

RODRIGO MACARIO

**GEOGRAFIA E GÊNERO: A MULHER NA GEOGRAFIA ACADÊMICA PAULISTA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela UNESP - Campus de Ourinhos. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Cristina Reinaldo Gimenes de Sena.

Ourinhos – SP  
Novembro de 2015

**Banca examinadora**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Cristina Reinaldo Gimenes de Sena.

---

Prof. Dr. Amir El Hakim de Paula

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Terezinha Brumatti Carvalhal

---

Ourinhos, novembro de 2015.

Dedico este trabalho de conclusão de curso à  
minha mãe e ao meu pai.

## **AGRADECIMENTOS**

São tantas as pessoas que quero agradecer, mas em primeiro lugar agradeço aos meus pais, pelo total apoio.

. Agradeço também alguns amigos que fiz ao longo dessa graduação e que fizeram parte, direta ou indiretamente, do processo da realização deste trabalho, seguem alguns nomes em ordem alfabética: Anahi, Bá, Cainã, Cami, Carol, Cazuza, Elaine, Espiga, Gabi, Gal, Hellen Patricia, Léo, Lidi, Marilac(Nut), Marina, Marofa, Mirella, Napa, Nara, Nati, Pati, Rama, Rona, Rufus, Siri, Tadinho, Yume e Zaca. E todos os outros que aqui não citei, mas que estiveram presente nesta minha trajetória.

Ao Coletivo Indaca.

Agradeço à professora Carla Sena pela orientação e grande ajuda na estruturação de ideias e pelo apoio na realização do trabalho.

*“As ausências e os silêncios de determinados grupos sociais são resultantes de alguns embates desenvolvidos na comunidade científica, que criam hierarquias e dependências, ratificando o poder de grupos hegemônicos e, conseqüentemente, de suas próprias teorias científicas.”. (SILVA, 2009, p.25).*

## **RESUMO**

A década 1970 foi um período muito importante, tanto para a Geografia, com a renovação crítica do pensamento geográfico, quanto para diversos movimentos que ganharam força, entre eles o Movimento Feminista na academia, que surgiu a partir da contestação das mulheres quanto a ciência masculina e hegemônica. Dentro desse contexto emergiram nos países do eixo-norte as Geografias Feministas, que inseriram os Estudos de Gênero na ciência geográfica, e salientaram a importância de se inserir a categoria mulher no corpo científico. Nesse sentido, o presente trabalho pesquisou o papel e atuação da mulher geógrafa na academia nas três universidades estaduais do Estado de São Paulo, através de análises do corpo docente dos cursos de Geografia e por meio de questionários e exposição do campo de atuação de cada profissional, afim de identificar como as relações de gênero atuam na academia e a contribuição do olhar feminino para a ciência geográfica.

**Palavras-chave:** Geografias Feministas, Geografia e Gênero.

## **ABSTRACT**

The 1970 was a very important period for both geography, renewing criticism of geographical thought, and various movements which have gained strength, including the feminist movement at the Academy, that arose from the dispute of women regarding male and hegemonic science. Within this context emerged in the countries of the North axis the geographies feminists that entered the gender studies in geographical science, and stressed the importance of inserting the women's category in scientific studies. In this sense, the present work researched the role and performance of women at the Academy as a geographer in three State universities of the State of São Paulo, through analyses of the Faculty of Geography and through questionnaires and field of each professional, in order to identify how gender relations act at the Academy and the contribution of the female gaze to geographical science.

**Keywords:** Feminist Geographies, Geography and Gender.

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: MAPA DE ATUAÇÃO DAS GEÓGRAFAS ENTRE GEOGRAFIA FÍSICA E HUMANA (2015).....	33
Figura 2: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DIVISÃO POR GÊNERO DO CORPO DOCENTE (2015) .....	35

## ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1: GEOGRAFIA FÍSICA E GEOGRAFIA HUMANA POR CAMPUS.....	32
Tabela 2: CAMPO DE ATUAÇÃO POR ÁREA DO CONHECIMENTO.....	34
Tabela 3: PERFIL PROFISSIONAL DAS DOCENTES DO CAMPUS DE OURINHOS.....	36
Tabela 4: TOTAL DE DOCENTES CAMPUS DE OURINHOS.....	37
Tabela 5: PERFIL PROFISSIONAL DAS DOCENTES, CAMPUS DE RIO CLARO.....	37
Tabela 6: TOTAL DE DOCENTES CAMPUS DE RIO CLARO.....	39
Tabela 7: PERFIL PROFISSIONAL DAS DOCENTES DA UNESP CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.....	40
Tabela 8: TOTAL DE DOCENTES HOMENS E MULHERES.....	40
Tabela 9: PERFIL PROFISSIONAL DAS DOCENTES DA UNICAMP.....	42
Tabela 10: TOTAL DE DOCENTES HOMENS E MULHERES, UNICAMP.....	42
Tabela 11: PERFIL PROFISSIONAL DAS DOCENTES DA USP.....	42
Tabela 12: TOTAL DE DOCENTES HOMENS E MULHERES, CAMPUS DA USP.....	45

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA .....	11
2. OBJETIVOS .....	14
3. A GEOGRAFIA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970.....	15
4. O FEMINISMO NO BRASIL NO SÉCULO XX.....	19
4.1 O FEMINISMO NA ACADEMIA .....	21
4.2 GEOGRAFIAS FEMINISTAS: GEOGRAFIA, GÊNERO E SEXUALIDADE .....	25
5. GEOGRAFIA NO ESTADO DE SÃO PAULO .....	31
5.1 UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP .....	35
5.1.1 UNESP- CAMPUS DE OURINHOS .....	35
5.1.2 UNESP- CAMPUS DE RIO CLARO.....	37
5.1.3 UNESP- CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.....	39
5.2 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS- UNICAMP .....	41
5.3 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO- USP.....	42
5.4 O QUE PENSAM AS GEÓGRAFAS ACADÊMICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO .....	45
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	56
8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	57

## 1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A década de 1970 foi marcada pelos movimentos sociais propulsores da consolidação de forças políticas em diversas regiões do planeta, como os anticolonialistas, os ambientalistas, os democráticos, além dos movimentos de luta por direitos iguais para a população negra, LGBTs e para as mulheres. No âmbito acadêmico, nesse período surgem os movimentos de ruptura da visão dos países do centro-norte. Nesse sentido, emergiram as geógrafas feministas inseridas no contexto da “segunda onda” do movimento feminista. De acordo com Fraser (2007) o movimento feminista foi caracterizado por três períodos ligados a distintas reivindicações. A chamada primeira onda, correspondente ao período do final do século XIX até a década de 20 do século XX, suas reivindicações estavam pautadas no reconhecimento legal da igualdade de direitos entre homens e mulheres, como direito ao voto e ao trabalho. A onda posterior, chamada de “segunda onda” ocorrida durante os anos 60 a 80 tinha como princípio a busca por igualdade de direitos nas transformações das ações cotidianas e dos costumes relacionados às discriminações de gênero e a liberdade sexual. O terceiro momento, denominado de “terceira onda”, surgiu na década de 90, como crítica a “onda” anterior centrada na perspectiva universalizante da mulher branca. As reivindicações giravam em torno do reconhecimento das diferentes identidades femininas.

Como qualquer outra área do pensamento científico, a geografia se desenvolve interligada aos contextos histórico-geográficos. De acordo com Silva (2009) as geógrafas dos anos 70 lutavam para construir a igualdade entre homens e mulheres dentro da disciplina e pela centralização das investigações geográficas sobre as mulheres e lançavam desafios às filosofias, os conceitos e as metodologias que sustentam a hegemonia da geografia masculina. Gillian Rose (1993) aponta que as geógrafas inglesas, canadenses e estadunidenses assumiram nessa época o compromisso político do desenvolvimento dos estudos teóricos de gênero na Geografia e a promoção das mulheres nas instituições científicas e acadêmicas. As geógrafas participantes desse movimento de contestação procuravam meios para a construção de novas versões geográficas para novas interpretações das realidades.

Fazendo uma analogia ao provérbio popular “um por todos e todos por um” o qual no passa a ideia de que a união entre todos (as) acarretará na solução e entendimento de problemas que assombram a nossa sociedade contemporânea. Pode-se notar que essa noção negligencia certas categorias e grupos sociais no que diz respeito à ciência e às questões de gênero e sexualidade.

No caso da ciência geográfica, que busca compreender as relações espaciais presentes no nosso dia-a-dia, as questões de gênero e sexualidade passaram despercebidas durante um bom período. Tal temática tornou-se bastante efetiva com a contestação da

neutralidade da ciência geográfica hegemônica, feita em sua maioria por homens, brancos, heterossexuais e burgueses.

O fato de alguns grupos sociais como das mulheres, negros, das (os) transexuais, homossexuais, lésbicas, bissexuais e travestis não estarem presentes nos estudos geográficos hegemônicos refletem os ideais de algumas estruturas de poder na sociedade, as quais regulam e hierarquizam tais grupos, inferiorizando-os e colocando-os à margem das pesquisas científicas.

Por isso, seguindo o exemplo das geógrafas feministas, devemos contestar a neutralidade da ciência buscando encontrar outras respostas para que haja uma maior possibilidade de compreensão. Sendo a nossa sociedade machista, podemos pensar que um homem, heterossexual, branco e de classe média tenha outra forma de perceber o espaço, diferente de uma mulher, lésbica, negra e da periferia.

Temos sim que lutar por todos, mas não podemos achar que dentro desse “todo” existe algo único, ou seja, temos que reconhecer as nossas diferenças e lutarmos por elas de forma desigual, atendendo demandas específicas, para assim naturalizarmos a diversidade e, por fim, todos sermos contemplados.

Através dos conhecimentos que adquiri ao longo do curso de licenciatura em Geografia na UNESP – Campus de Ourinhos aliados às minhas experiências pessoais pude perceber a importância da categoria espaço para a nossa sociedade, e dentre as suas múltiplas abordagens, as quais mais me chamaram a atenção são às que permeiam às discussões de gênero e sexualidade. Discussão diretamente ligada à nossa relação com o espaço, ou seja, a nossa espacialidade realizada através dos nossos corpos generificados de forma binária de acordo com o sexo biológico por meio de construções sociais favoráveis às estruturas de poder.

Esse assunto ter me chamado a atenção deve-se ao fato de ser pouco discutido dentro do campus de Ourinhos, uma vez que não faz parte da grade curricular, tampouco como tema de alguma disciplina. Bem como é novo na Geografia no Brasil, mesmo podendo ser trabalhado como tema transversal proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997), documenta que orienta o ensino de Geografia para a educação básica. E por ser um tema que propõe a quebra de paradigmas dentro da Geografia, ciência que negligencia as diversas formas de espacialidade quando considera somente os aspectos materiais. Além disso, esse assunto traz a ruptura da Geografia pautada na visão androcêntrica, do homem branco e heterossexual e traz a pluralidade de olhares com as abordagens queer e a das Geografias Feministas.

A pesquisa foi realizada através da revisão bibliográfica da produção geográfica sobre o tema de Gênero e Geografia, análise da situação da Geografia no Brasil na década de 70 e do Movimento Feminista. E pelo resgate e sistematização da atuação de geógrafas do estado

de São Paulo, pertencentes às três universidades estaduais paulistas, USP, UNESP e UNICAMP.

O recorte escolhido para o foco do trabalho foi o papel da mulher geógrafa na produção geográfica do estado de São Paulo. A escolha do recorte surgiu a partir das leituras, e da própria trajetória dos estudos de gênero e sexualidade na Geografia, que surgiu, historiograficamente, por meio do questionamento das geógrafas feministas do eixo-norte (Estados Unidos, Canadá e Inglaterra) quanto a hegemonia masculina, burguesa, branca e eurocêntrica da ciência geográfica.

O intuito da realização deste Trabalho de Conclusão de Curso é trazer a discussão desse tema que é fundamental para a Geografia, para a comunidade científica de Ourinhos e para a comunidade em geral. Visto a necessidade que surge em especial nesse momento carregado de ameaças às conquistas dos movimentos sociais das bancadas fundamentalistas que propõem o retrocesso e o ódio com seus ideais conservadores. Além disso, o trabalho poderá servir como base para a inserção da discussão do tema no Projeto Político Pedagógico do curso de Geografia da Unesp – campus de Ourinhos.

## **2. OBJETIVOS**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica de institucionalização da Geografia brasileira interligada à ótica do papel da mulher geógrafa nesse processo, observando como as relações de gênero atuam através dos interesses das relações de poder, por meio do resgate e sistematização da produção científica de geógrafas paulistas. Para atingir o proposto acima têm-se como objetivos específicos:

- Discutir sobre o movimento feminista e sua influência na Geografia brasileira no final do século XX.
- Investigar a produção acadêmica das mulheres geógrafas do Estado de São Paulo
- Ilustrar a posição da mulher nos principais cursos de Geografia do Estado de São Paulo na atualidade.

### 3. A GEOGRAFIA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970.

A Geografia acadêmica na década de 70 do século XX passava por inúmeras transformações, bem como à renovação do pensamento geográfico, a qual segundo Moraes (2003), pode ser denominada de Geografia Crítica, que de acordo com o autor é proveniente de uma postura crítica radical contra outros padrões geográficos existentes, Geografia Pragmática ou Quantitativa e a Geografia Tradicional levando a ruptura com estes pensamentos anteriores.

A Geografia Tradicional teve os fundamentos baseados nas ideias do positivismo, foi nessa concepção metodológica e filosófica que os geógrafos buscaram suas orientações gerais, tais postulados positivistas deram suporte e unidade para o crescimento da Geografia Tradicional. Tal filiação positivista, de acordo com o autor, pode ser observada na prática da redução da realidade ao mundo dos sentidos, ou seja, basear todo trabalho científico no domínio da aparência dos fenômenos, dessa forma, os estudos positivistas devem limitar-se às dimensões visíveis do real.

Nesse sentido, os fenômenos estariam sendo demonstrados para o cientista, o qual toma o papel de observador. Porém, tal fato reduz os procedimentos de análise como pode ser observado em Moraes (2003):

Daí a limitação de todos os procedimentos de análise à introdução, posta como a única via de qualquer explicação científica. Tal postura aparece na Geografia através da desgastada máxima – “A Geografia é uma ciência empírica, pautada na observação” – presente em todas as correntes dessa disciplina. Em primeiro lugar, coloca-se algo que é comum a todas as ciências – ao referir-se ao real – como um elemento de especificidade da Geografia. E mais, numa visão empobrecedora da realidade, reduz-se está à mero empirismo. A descrição, a enumeração e classificação dos fatos referentes ao espaço são momentos de sua apreensão, mas a Geografia Tradicional se limitou a eles; como se eles cumprissem toda a tarefa de um trabalho científico. E, desta forma, comprometeu estes próprios procedimentos, ora fazendo relações entre elementos de qualidade distinta, ora ignorando mediações e grandezas entre processos, ora formulando juízos genéricos apressados. E sempre concluindo com a elaboração de tipos formais, a-históricos e, enquanto tais, abstratos (sem correspondência com os fatos concretos (MORAES, 2003, p.29).

Outro fato da filiação positivista também apresentada pelo autor é a ideia da existência de um único método de interpretação, comum para todas as ciências, feito por meio da não-aceitação da diferença de qualidade entre o domínio das ciências naturais e o das ciências humanas, o ser humano aparece como mais um elemento da paisagem, e sua análise está pautada somente na relação entre o ser humano e a natureza, deixando de lado a relação entre os próprios seres humanos.

A designação crítica está relacionada à postura dos geógrafos frente à ordem constituída na época, os autores, como Manoel Correia de Andrade (1922-2007) e Milton Santos (1926-2001), que se propuseram a esta perspectiva, entre eles adotaram a postura de transformação social, sendo o saber uma ferramenta essencial para esse processo. Tais

autores assumiram a postura política no conhecimento científico, apresentando uma Geografia militante a qual aspirava por justiça social, pensando a análise geográfica como instrumento para a libertação dos seres humanos.

Por outro lado, temos a Geografia Pragmática um movimento que segundo Moraes (2003) surgiu a partir do desenvolvimento de uma crítica ligada à insuficiência da análise tradicional, atacando não seus fundamentos e sua base social, mas somente a característica não-prática da Geografia Tradicional. Os seguidores da vertente pragmática, como G. Dematteis e Brian Berri apontavam a ótica da Geografia Tradicional como retrospectiva, muito atrelada ao passado, às situações ultrapassadas, desse modo era tida como ineficaz para a intervenção na realidade.

Com isso, como assinala o geógrafo, os autores pragmáticos vão apresentar uma ótica direcionada para o futuro, dando instrumentalização para uma Geografia aplicada, tendo como objetivo geral uma “renovação metodológica”, isto é, dar base para novas linguagens com o intuito de criar uma tecnologia geográfica para o planejamento. A crítica feita pelos pragmáticos aos geógrafos tradicionais está relacionada à formalidade, ou seja, os apontamentos eram direcionados superficialmente à crise da Geografia Tradicional, não questionando os fundamentos da crise. O planejamento, é então uma nova finalidade para às ciências humanas colocada pelas classes dominantes como uma ferramenta de dominação, servindo o Estado e a burguesia (MORAES, 2003).

Esse processo, considerado uma renovação do discurso burguês ligado ao espaço, também chamado de renovação conservadora da Geografia, é para o autor um momento de transição de influências, passando do positivismo para o neopositivismo, isto é, o empirismo torna-se mais abstrato relacionado com os dados estatísticos

Milton Santos (2004), destaca a importância que teve o Boletim Paulista de Geografia na construção desses ideais, porém um dos expoentes mais marcantes desse processo, foi a obra do próprio, intitulada “Por uma Geografia Nova”. Entretanto, o autor deixa claro na conclusão de sua obra de que estamos em uma fase de transição, e que não devemos nos aprisionar no presente:

Essa nova geografia presidida pelo interesse social deve levar em conta, entre outros parâmetros, o fato de que, de um lado, vivemos numa época de transição, não nos devemos deixar aprisionar no presente como se ele fosse eterno e não podemos contentar-nos com a simples análise da estrutura atual. Somos obrigados a levar em consideração a tendência. E considerando como fato fundamental o fato nacional, damos, ao mesmo tempo, um lugar de escol às relações internas. (Santos 2004, p.264).

No que diz respeito ao âmbito acadêmico, para Moraes (2003) os geógrafos criticaram o empirismo exacerbado da Geografia, o apego da fundamentação positivista e às velhas teorias, à limitação da criatividade dos pesquisadores, o isolamento dos geógrafos e a má

formação filosófica. Além disso, demonstra a crítica à despolitização ideológica do pensamento geográfico, que acabava por afastar essa ciência das questões sociais. Tal ideia pode ser observada no trecho de Moraes (2003):

A vanguarda desse processo crítico renovador vai ainda mais além, apontando o conteúdo de classe da Geografia Tradicional. Seus autores mostram as vinculações entre as teorias geográficas e o imperialismo, a ideia de progresso veiculando sempre uma apologia da expansão. Mostram o trabalho dos geógrafos, como articulado às razões do Estado. Desmistificam a pseudo- "objetividade" desse processo, especificando como o discurso geográfico escamoteou as contradições sociais (MORAES, 2003, p. 110).

Segundo o geógrafo, os autores que se destacaram nesse movimento foram Yves Lacoste, com a obra *A Geografia, isso serve em primeiro lugar, para fazer a Guerra*, 1976 e com a fundação da Revista "HÉRODOTE", em 1976; David Harvey com *A Justiça Social e a Cidade*, 1973; Milton Santos com as obras *Pobreza urbana*, 1978, *Por uma Geografia Nova*, 1978 e *O Espaço Dividido*, 1979; Josué de Castro com *Geografia da Fome*, 1946. De acordo com o autor, o geógrafo que obteve maior destaque nesse movimento foi Pierre George, o qual foi pioneiro na introdução de conceitos marxistas na ciência geográfica, com suas obras *Geografia Ativa*, 1965 e *Dicionário da Geografia*, 1970. Tais autores foram considerados a vanguarda e ressaltaram o conteúdo de classe da Geografia Tradicional, a qual trabalhava articulando os interesses do Estado. Dessa forma, o discurso geográfico suprimia as contradições da sociedade, camuflando as relações entre os seres humanos através da ótica ser humano-natureza e analisando o território sem evidenciar a luta de classes. Com isso, foram-se buscadas as razões da crise fora da Geografia.

Para o autor as maiores influências extrageográficas foram: M. Castels(sociólogo); H. Lefebvre(filósofo); J. Lojicne e M. Folin (urbanistas) e Michel Foucault (filósofo) com a sua obra "Microfísica do Poder" que faz considerações sobre a relação entre o espaço e o poder. Além das orientações metodológicas provenientes dos estruturalistas, existencialistas, analíticos e dos marxistas. A abertura dada pela Geografia Crítica às influências de outras áreas da ciência é também um dos objetivos do movimento: quebrar o isolamento dos geógrafos.

O autor ainda aponta a Geografia Crítica como uma fonte, que obedece a princípios e objetivos comuns, mas que possui propostas divergentes, ou seja, trata-se de um conjunto de possibilidades e olhares distintos, que se unem na perspectiva contestadora das contradições epistemológicas silenciadoras das condições sociais e espaciais desiguais, tornando o conhecimento geográfico como uma ferramenta de combate à postura epistemológica vigente naquele período.

Para Vesentini (2001), não há necessidade de relacionar o posicionamento crítico dos geógrafos frente aos marcos fundamentais ou processos essenciais para a história do

pensamento geográfico no período da segunda metade do século XX: os movimentos de contestação dos anos 1960 e 1970 (movimento feminista, maio de 1968, contracultura, lutas civis etc.) e a Geografia Pragmática voltada para o planejamento. Então, a Geografia Crítica foi mais que um movimento de oposição à Geografia Tradicional e Pragmática, ela procurava o envolvimento de novos sujeitos, como a incorporação da sociedade civil, a dissociação do Estado, que segundo Vesentini (2001), era um sujeito privilegiado nas modalidades anteriores da Geografia, se engajando em analisar, compreender e analisar as contradições sociais para contribuir na luta e nas reivindicações dos setores sociais oprimidos.

#### 4. O FEMINISMO NO BRASIL NO SÉCULO XX

O feminismo teve sua expansão no Brasil sendo iniciado na classe média em articulação com as camadas populares, ambas influenciando uma a outra. E a organização das feministas no Brasil estava ligada em sua maior parte aos partidos de esquerda, atuavam politicamente em articulações com mobilizações femininas, e na busca por mudanças nos padrões de fecundidade e reprodução, bem como no comportamento sexual, pelo aumento e igualdade de salários, além de políticas públicas no âmbito da educação, como a construção de creches, assegurando o direito das mães de exercerem suas atividades profissionais (SARTI, 1988).

De acordo com Sarti (1998), a história das mulheres no Brasil foi marcada pela participação de movimentos feministas em diferentes períodos, estando presente na luta pelo sufrágio universal do século XIX, e serviu de influência nas produções científicas das ciências sociais e humanas nos anos 1960 e 1970 em meio ao autoritarismo do regime militar e às desigualdades sociais da sociedade brasileira. Nesse sentido, o feminismo atua em decorrência da resistência das mulheres ao regime militar após a derrota na luta armada com a finalidade de se reestruturar as razões pessoais e políticas dessa perda.

Para a autora, a participação das mulheres na luta armada implicava não apenas em opor-se à ordem política em que estavam inseridas, mas também agir transgredindo com o que era estabelecido naquela época para a mulher, no sentido de a mulher passar a ter um comportamento não esperado para os padrões sociais designados a cada gênero ao pegar em armas e ter desempenho equiparado ao dos homens em tal comportamento. Em concordância com Marco Aurélio Garcia (1997):

Na primeira travessia - o ingresso na militância clandestina - as mulheres assumem o discurso e as exigências da ação política próprios do "mundo dos homens". O "êxito" que elas tiveram nesse processo - e a história das esquerdas está cheia de exemplos nessa direção - transformou-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente. (GARCIA, 1997, p.338)

Posteriormente, não buscava-se a igualdade e a semelhança ao mundo dos homens, nesse momento surge os ideais de diferença interligado ao anseio por igualdade substantiva e formal. Esse outro discurso parte da estrutura confessional, o qual prioriza a experiência vivida para o entendimento do político, nesse sentido ocorre a articulação do público e privado. Com essas duas esferas entendidas surgiu a possibilidade de construir outra forma de ação política (GARCIA, 1997).

Porém, ocorrem conflitos entres os estudos das esferas pública e privada, como aponta Susan Moller Okin (2008):

Os conceitos de esfera pública e privada da vida têm sido centrais no pensamento político do Ocidente ao menos desde o século XVII. Em alguns aspectos, eles têm sua origem no pensamento grego clássico.

Em grande parte da corrente predominante da teoria política hoje (em contraste com a teoria feminista), esses conceitos continuam a ser usados como se não fossem problemáticos. Argumentos importantes nos debates contemporâneos dependem da suposição de que questões públicas podem ser facilmente diferenciadas de questões privadas, de que temos uma base sólida para separar o pessoal do político. Algumas vezes explicitamente, mas mais frequentemente de maneira implícita, perpetua-se a ideia de que essas esferas são suficientemente separadas, e suficientemente diferentes, a ponto de o público ou o político poderem ser discutidos de maneira isolada em relação ao privado ou pessoal. Como argumento neste capítulo, afirmações como essas só podem ser sustentadas se argumentos bastante persuasivos de pesquisadoras feministas forem ignorados. (OKIN, 2008, p. 305)

Segundo, Teles (2014), em 1975 diversas mulheres estiveram no espaço público reivindicando à anistia aos presos e perseguidos políticos, e também começaram ir às ruas para coletar assinaturas de mulheres contra o alto custo de vida. Para a autora, a manifestação dos estudantes no ano de 1977, logo depois dos operários do ABC resultou numa ampla mobilização nacional das diretas, que culminou com a derrubada do governo militar.

Além disso, em concordância com Sarti (1998) as mudanças provocadas pelo regime militar na chamada “distensão lenta e gradual” somadas aos reflexos da efervescência cultural de 1968, trouxeram a expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional, com oportunidades para mulheres apesar de que esse acesso era excludente, e os novos modos de comportamentos sexuais e afetivos ligados aos métodos contraceptivos e a possibilidade de tratamento com psicólogos e psicanalista trouxeram impactos para o mundo privado, no sentido das novas experiências cotidianas entrarem em conflito com a tradicional família, patriarcado e ao autoritarismo.

Com a criação do Dia Internacional da Mulher, feito pela ONU em 1975, o movimento que vivia na clandestinidade passa a ganhar maior visibilidade em todo o país. Surge neste mesmo ano o jornal Brasil Mulher, no estado do Paraná, ligado ao Movimento feminino pela Anistia, e em 1976 em São Paulo um grupo formado por antigas militantes do movimento estudantil e estudantes universitárias criam o jornal Nós Mulheres, ambos feministas. No ano de 1978, os dois jornais passaram a ser os principais mensageiros do movimento feminista no Brasil (COSTA, 2013).

O feminismo foi um marco para os ideias de transformação desse movimento, os quais são reivindicados até a atualidade. Nas pautas feministas são expressadas em suas bandeiras a luta contra o racismo, o sexismo, o machismo, o capitalismo e pela sociedade com a equidade entre os gêneros, estando as feministas em articulação com outros movimentos democráticos e libertários que lutam contra as violações dos direitos humanos (TELES, 2014).

Subsequentemente, em 1980, o país passava por um processo de redemocratização, em 1985 foi criado pelo governo federal o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) ligado ao Ministério da Justiça. Na Constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã), muitas mulheres participaram na elaboração, esta bancada feminina ficou conhecida como “lobby do batom” e contava com 559 congressistas, sendo 26 mulheres participantes da Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1987 (SILVA, 2013).

A participação feminina nesse processo histórico pode ser observada em Piovesan (2010):

Este processo culminou com a elaboração da “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, que contemplava as principais reivindicações do movimento de mulheres, a partir de ampla discussão e debate nacional. Em razão da competente articulação do movimento durante os trabalhos da Constituinte, o resultado foi a incorporação significativa das reivindicações formuladas pelas mulheres no texto constitucional de 1988. (PIOVESAN, 2010, p.61)

Já os anos 1990, para Silva (2013), foi marcado pela dispersão e institucionalização do movimento feminista, a partir da criação de organizações não governamentais que participavam de encontros nacionais e internacionais, pautados em igualdade/diferença, meio ambiente e violência doméstica em um período em que o país está ligado ao impeachment de Collor.

Além disso, pode ser identificado nesse período, como aponta Céli Pinto (2004), uma transformação do feminismo no Brasil, indicando dois cenários, o primeiro consistia na diferenciação entre o pensamento feminista e o seu movimento; o segundo referia-se à profissionalização do movimento com o surgimento de diversas Organizações Não Governamentais - ONGs.

Com isso as questões feministas passam a ser incorporadas pela sociedade, que gradativamente resiste a discriminação de raça e de gênero, então o movimento passa a se especializar em pautas como violência, saúde e racismo. Como exemplo, a GELEDÈS – Instituto da Mulher Negra, que atua na discriminação de raça envolvendo mulheres e homens, dentro de seus programas possuem oficinas de saúde e sexualidade, sendo possível notar a multiplicidade de manifestações de mulheres em partidos políticos, em sindicatos e movimentos populares (PINTO, 2004).

#### **4.1 O FEMINISMO NA ACADEMIA**

O feminismo na academia surge no século XX como um movimento de oposição à centralidade masculina no fazer científico, num cenário em que a mulher sofre com inúmeras discriminações, escancaradas e camufladas, as quais segundo Yannoulas, Valejjos e

Lenarduzzi (2000) são contribuidoras para a formatação de diferentes vivências universitárias para homens e mulheres.

Nesse sentido, da participação, o feminismo acadêmico firma o compromisso político de proporcionar a expansão das mulheres, a partir da reflexão feminista, na qual a construção do conhecimento ocorre através das experiências de transformação das mulheres. Para as autoras os espaços e efeitos de consciência resignificam as subjetividades e as inter-relações sociais, sendo negociados e renegociados os interesses estratégicos das mulheres e suas necessidades práticas. Nessa continuidade, as autoras ressaltam o papel das universidades com a participação das acadêmicas feministas, como contribuidora para a percepção das mulheres como objeto e sujeito de pesquisa, com isso propondo a transformação da ciência androcêntrica.

O conhecimento androcêntrico é apresentado como:

Androcentrismo provém do grego andrós. Refere-se à concepção ou saber supostamente neutro e universal que privilegia o ponto de vista dos homens como eixo articulador do discurso social e lógico científico, sem considerar ou desvalorizando o ponto de vista das mulheres. (YANNOULAS; VALLEJOS; LENARDUZZI, p. 426, 2000)

Para a apresentação do enfoque de gênero no feminismo acadêmico, as autoras demonstram as principais características dos estudos relacionados a esse tema: comparatividade, transversalidade, historicidade, politicidade e espacialidade. A comparatividade, é apontada através de sua grande influência e tradição (epistemológica, teórica e pragmática) nas Ciências Sociais, apresentando os autores que se utilizavam desse viés: Karl Marx( 1818-1883), Durkheim (1858-1917), Weber (1864-1920), Splenger ( 1880-1936). Estes, se utilizaram da comparação para analisar os diferentes períodos históricos e também as diferentes culturas. Além desses autores, Simmel (1858-1918) também é apresentado pelas autoras como um utilizador da comparação quando fez um estudo das culturas femininas e masculinas.

As autoras, colocam os Estudos de Gênero através da comparação como uma forma de descobrir as diferentes formas de discriminação existentes, podendo ser distinguidas no mínimo por meio de três formas:

- Direta ou manifesta: aquela que resguarda posições de poder através de regras e códigos, excluindo explicitamente grupos sociais através de seu gênero/sexo, religião, raça/etnia, nacionalidade, idade e etc;
- Indireta ou encoberta: são práticas e ideias admitidas informalmente, as quais geram influências para determinados grupos sociais ditando o que é “válido” ou “usual”, tornando “neutras” as desigualdades entre as pessoas;

- Auto discriminação: seria uma autovigilância por meio dos parâmetros impostos pela discriminação encoberta ou indireta, para as autoras, esses mecanismos internos normatizam nossas expectativas e desejos fazendo com que nossas escolhas educacionais sejam impensadas e condicionadas.

Para Yannoulas, Valejjos e Lenarduzzi (2000), a comparação dá a possibilidade além do espacial, de quatro possibilidades de descentralidade:

- Gênero: homens e mulheres trabalhando em conjunto através de uma análise e debate do sistema social de gênero (para elas é nesse momento que o Estudo de Mulheres se transforma em Estudos de Gênero, uma vez que a comparação foi utilizada para a criação de novas teorias que subsidiassem as relações entre os gêneros e de suas representações e existências condicionadas);
- Social: serviu para demonstrar aos pesquisadores e pesquisadoras dos Estudos de Gênero a necessidade do processo de privação dos pressupostos relacionados a sua própria condição social com o intuito de não projetá-las nas pesquisas, principalmente quando o pesquisador não se encontra na mesma posição socioeconômica do objeto/sujeito de estudo;
- Cultural: a comparação entre diferentes culturas dá a possibilidade de análise mais aprofundada dos fenômenos estudados;
- Temporal: a realização da comparação através dos diferentes tempos históricos possibilita a observação das transformações passadas pelas existências masculinas e femininas e a própria definição social de gênero.

A Transversalidade, é essencial para os Estudos de Gênero, pois resgata a multidisciplinaridade no que diz respeito aos diferentes problemas transversais propostos pelas Ciências Sociais, portanto a discriminação não deve ser observada de forma unilateral através da economia, da cultura, da política, da sociedade e sim de forma multilateral, observando todos os aspectos. As autoras frisam a necessidade de se pensar as diferentes dimensões da realidade, por meio de não somente uma disciplina científica, para que ocorra a transformação da produção e apropriação do conhecimento científico com a incorporação da crítica feminista.

A historicidade, remete ao conjunto de problemas das genealogias femininas, com a carência desse tema na história social do pensamento científico, sendo as genealogias sempre masculinas negligenciando o pensamento engendrado pelas mulheres. Por outro lado, com os Estudos de Gênero, segundo as autoras, criou uma genealogia particular como é assinalado pelas autoras (2000):

Quando nos situamos hoje no campo constituído pelos Estudos de Gênero, dispomos de um conjunto de linhas teóricas e “mães” diferentes a quem se reportar, não tanto por aceitar ou compartilhar do princípio de autoridade, como por reconhecer que estas genealogias femininas e estas mães construíram e/ou abandonaram diversos caminhos que agora nos permite debater de maneira mais complexa a problemática das relações de gênero. Nesse sentido, e como diria Collin (1986), herdamos um “matrimônio” rico e polêmico, do qual é possível beneficiar-se e com o qual possível romper assim como debater com o “patrimônio” sem a ele renunciar. (YANNOULAS; VALLEJOS; LENARDUZZI, p. 430, 2000)

Quanto a politicidade, as mesmas ressaltam a dinâmica entre as mulheres, colocando que em vários momentos ocorreram tencionamentos entre as feministas acadêmicas e as feministas militantes, contudo evidenciam a relação entre o movimento de mulheres e as acadêmicas feministas como uma ajuda mútua, para elas as primeiras demonstrando os pontos a serem estudados e as segundas dando legitimação científica a estes pontos.

No que diz respeito à espacialidade, as autoras ressaltam a característica mutável do gênero no espaço, como é o caso das atividades de trabalho que são designadas para mulheres ou para homens. Milton Santos na Obra “Técnica, Espaço e Tempo” (2008), afirma que os espaços podem ser considerados horizontais e verticais, o primeiro sendo um espaço sem descontinuidade similar ao conceito de região, e um segundo representando a hegemonia socioeconômica e conseqüentemente cultural:

De um lado, há espaços contínuos, formados de pontos que se agregam sem descontinuidade, como a definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da econômica. São as verticalidades. Os espaços se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. (SANTOS, 2008, p. 88).

Yannoulas, Valejios e Lenarduzzi (2000), frisam a necessidade de tal relação ser observada por vários aspectos, observando características étnicas, sociais e culturais para analisar como se deu tal divisão sexual do trabalho. Na Geografia, o conceito de espaço foi amplamente utilizado pela cartografia como sinônimo de localização, somente nos anos 50, com a crise da Geografia Tradicional é que o conceito de espaço torna-se um produto social, como afirmam as autoras (2000):

O conceito de produção social do espaço é uma categoria acalentada pela “revolução das esquerdas”, e surge surge como sintoma de desencanto em face da incapacidade da Geografia Tradicional de dar respostas aos problemas da época. O espaço constitui-se então testemunho das tensões entre os diferentes componentes do social, entendendo as relações espaciais como manifestação das relações sociais de classe sobre os espaços geográficos. Este movimento crítico dedicou-se à problemática das desigualdades sociais, postulando que

a Geografia deveria deixar de ser uma ciência neutra. Desta forma, não deveria promover a consolidação de mitos que servissem para legitimar situações de dominação e injustiça, mitos incorporados de maneira sutil nas análises sociais e políticas por meio das linguagens e conceituações. (YANNOULAS; VALLEJOS; LENARDUZZ, p. 433, 2000).

Tal categoria de análise, permite a observação e separação da experiência espacial masculina da experiência espacial da totalidade da humanidade, isto é, permite que outras formas e espacialidade sejam estudadas, não somente a hegemônica, masculina, heterossexual e branca, com o intuito de questionar a neutralidade da ciência e contemplar grupos sociais oprimidos.

#### **4.2 GEOGRAFIAS FEMINISTAS: GEOGRAFIA, GÊNERO E SEXUALIDADE**

A Geografia é uma ciência que possui uma história bastante longa. Começando com as primeiras comunidades gentílicas. Com o estudo da pré-história é possível perceber a tendência ao deslocamento e à dispersão humana e como esses fatores contribuíram para os primeiros conhecimentos de diferentes regiões e para a relação com a natureza, tratando-se de conhecimento geográfico, não a ciência em si. O conhecimento geográfico só se torna ciência após a sistematização feita pelos gregos na antiguidade, foram eles também que deram o nome Geografia para os estudos e conhecimentos sobre a superfície terrestre. A Grécia se encontrava numa posição privilegiada e possuía condições de realizar os registros, ela se encontrava no extremo do continente europeu, próxima à Ásia e África entre o Mar Negro e o Mediterrâneo, existindo a possibilidade de realizar contato entre Oriente e Ocidente. Além disso, foi centro de uma sociedade escravista e o comércio era a fonte dos contatos, com o domínio do Mediterrâneo, conhecem o litoral norte da África, esses fatos são os que permitem os registros e sistematização dos conhecimentos adquiridos. Os nomes que se destacaram nesse período foi o de Heródoto (485-420 a. C) e Hipócrates (460-370 a. C.), os quais levaram o determinismo geográfico em consideração nos seus estudos (SODRÉ, 1976).

Com isso, é perceptível que desde a antiguidade a ciência geográfica está interligada com a descrição e criação de uma representação do planeta Terra. Esta busca geográfica no período da revolução científica do século XVI e XVIII, transformou-se em discurso científico verdadeiro, isto é, como a única versão para se interpretar a realidade. Este caminho epistêmico é denominado de racionalismo, o que segundo Gomes (2003), confere uma fundamental prioridade ao método racional, o qual garante atingir a relação com a realidade e condições mais corretas no modo de fazer ciência, tal pensamento é oriundo da sistematização, sendo o pensamento um julgamento racional lógico da realidade, nesse sentido, a ciência cria a esfera para as regras e os princípios desse julgamento estão

organizados sistematicamente, em linhas gerais, tal modelo de ciência racionalista busca constituir sistemas explicativos, através de um corpo metodológico (GOMES, 2003). Porém, segundo Nabozny e Ornat (1996), este modelo de racionalidade aceita apenas a racionalidade dos homens, brancos e europeus, criando dessa forma uma dicotomia entre mito/magia/religião *versus* ciência/razão. Sobre isso, Gomes (2003), aponta essa ideologia como autoritária e pretenciosa no que diz respeito à validade de seus resultados, e Mignolo (2004), indica que com o surgimento do modelo binário não houve ruptura alguma, mas sim um desvio entre ciência, teologia, fé e razão.

A outra face desse modelo binário (que ganhou força com a modernidade) são as correntes não racionais, para Nabozny e Ornat (1996) estas contracorrentes consideram a razão como uma matriz não uniforme e não possui a mesma forma, manifestação e natureza. Como destaca Gomes (2003):

Na maior parte destas “contracorrentes”, a razão humana não é considerada como matriz da uniformidade pressuposta pelos racionalistas. A razão humana não é universal, ou pelo menos elas não possui sempre a mesma natureza, as mesmas manifestações e a mesma forma. A razão concebida pelos racionalistas é um valor e a atribuição deste valor é interpretada como produto de uma fé, a fé na razão. Se existe alguma coisa de geral na humanidade, trata-se justamente dessa capacidade de atribuir valores às coisas, mas o sentido, a direção e a amplitude desta atribuição são sempre relativos e particulares a cada período e a cada cultura (GOMES, 2003, p. 32).

Nabozny e Ornat (1996) salientam que na esfera das contracorrentes “o particular só adquire significado em um contexto singular. Cada fato ou fenômeno possui um elemento irreduzível à generalização”. (NABOZNY e ORNAT, 1996, p.31). Ou seja, as especificidades e particularidades devem ser consideradas nas análises geográficas. Tal crítica influenciada pela fenomenologia à racionalidade, para Nabozny e Ornat (1996), está ligada à relação sujeito e objeto, sendo o próprio pesquisador o objeto, ou seja, não há diferenciação entre os dois aspectos e a natureza fenomenológica é assimilada pelo espaço vivenciado ou pela consciência.

Para Claval (2002), a vivência da experiência através do espaço geográfico será sempre um objeto de comunicação com a diversidade de sujeitos, esta comunicação permite que se faça a experiência, além disso, o autor enfatiza que a Geografia por muito tempo desconsiderou o papel da comunicação e das representações das relações entre os seres humanos no espaço e a necessidade de entendermos processos interpessoais antes de entendermos os processos culturais.

Paul Vidal de La Blache e Carl Sauer inseridos no contexto determinista, para Cosgrove (1998), são os primeiros geógrafos a trabalharem com a perspectiva cultural não-material na Europa e nos Estados Unidos. Vidal de La Blache (1903) demonstra uma íntima relação entre a natureza e a vivência humana

[...] a individualidade geográfica não surge a partir de uma simples consideração de geologia e clima. Não é algo pré-ordenado pela natureza. Devemos partir da noção de que um país é um ventre no qual as sementes adormecidas da vida foram semeadas pela natureza, mas no qual seu crescimento e uso dependem do homem. É ele quem, ao submeter a terra a seus usos, revela sua individualidade. É ele quem estabelece as conexões entre suas características distintas: para a incoerência de circunstâncias locais, ele introduz um conjunto sistemático de forças. Assim, é um “pays” definido e diferenciado que se torna, com o tempo, uma medalha gravada na imagem de um povo. (La Blache, 1903, p.8 apud COSGROVE, 1998, p. 3)

Tais abordagens, de acordo com Spitalere (2014), ganham prioridade com a Nova Geografia Cultural, a qual além de dar destaque às expressões materiais da cultura, também aponta a organização espacial dos lugares que têm suas realidades refletidas não apenas por aspectos materiais. Para Roberto Lobato Corrêa (2007) “A década de 1970 foi, em realidade, uma arena de embates epistemológicos, teóricos e metodológicos, no âmbito dos quais emergem uma geografia crítica e diferentes sub-campos que, nos anos 80 iriam confluir, em parte, para gerar a denominada geografia cultural renovada”. (CORRÊA, 2007, p.3).

Essa epistemologia que introduz novas concepções de abordagens na Geografia é explicada por Spitalere (2014) como:

A nova análise cultural além de priorizar as expressões materiais da cultura, constata também que as realidades que refletem a organização social do espaço não são puramente materiais. Não se atentavam à distribuição espacial dos lugares, tal como os neopositivistas, mas estavam preocupados em compreender a maneira que as pessoas viviam os lugares, davam sentido a eles e buscavam transformá-los. Assim, configura-se na produção do pensamento geográfico a preocupação com as pluralidades das experiências dos diversos grupos sociais no espaço. Os estudos da Nova Geografia Cultural, juntamente com as formulações teóricas pós modernas, na busca por construir uma compreensão plural da realidade, desconstruem o olhar hegemônico racionalista e eurocêntrico sobre o mundo. Assim, abrem-se novas abordagens para a compreensão do espaço, tendo a cultura e seus significados como elementos centrais para o estudo da organização do espaço, que já não é mais entendido apenas com base nos processos de produção material. (SPITALERE, 2014, p. 14)

Dentro desse contexto, as novas abordagens geográficas ligada à revolução sexual pós-década de 1960 passaram a ser incorporadas pelas feministas às críticas ao discurso científico masculino e hegemônico, bem como ao modo de operação desta esfera, como frisa Rago (1998):

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos

até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico. (RAGO, 1998, p.3).

O feminismo é um movimento social, mas também constitui um corpo teórico e metodológico, o qual vem se inserindo em diversos campos das ciências das sociedades, inclusive na Geografia. O que segundo Joseli Maria Silva (2012) é chamado de Geografias Feministas.

Nesse período, para a geógrafa, a Geografia passou por uma etapa de reivindicações das mulheres, que buscavam além de um espaço para se expressar como geógrafas feministas, demandavam a introdução da mulher pensada dentro do corpo científico. Foram constituídos os dados sobre as mulheres, como a situação e a mobilidade do trabalho e o planejamento urbano. Na segunda etapa começou-se a pensar no caráter construcionista do gênero, isto é, no caráter de construção social do que é ser homem e ser mulher na sociedade, o que se diferencia inserido na perspectiva de tempo e espaço.

Para Silva (2009) o conceito de gênero faz oposição à categoria mulher, representada como essencializada, através da diferença biológica, sendo o conceito de gênero ligado a dimensão cultural e social da diferença sexual. Como pode ser visto em Silva (2009):

O conceito de gênero se opõe radicalmente à utilização da categoria mulher, já que esta se apresenta como essencializada a partir da diferença biológica, ao passo que o conceito de gênero a dimensão social e cultural da diferença sexual. Implica adotar a perspectiva de construção social dos gêneros e, ao mesmo tempo, negar a sua universalidade, incorporando as dimensões temporal e espacial na análise científica. (SILVA, 2009, p.94).

De acordo com a geógrafa os seres não estão estáticos e isolados e os recortes sociais estabelecidos no processo de pesquisa precisam ser analisados de forma relacional e através dos processos na estrutura socioespacial as quais estão inseridos.

Dentro desse contexto, alguns corpos são tidos como subversivos das normas sociais vigentes, sendo colocados à margem e/ou sendo relacionados aos espaços privados, por outro lado, demais corpos são aceitos como normais e neutros para o discurso hegemônico. Isso confirma que o corpo acabou por se tornar mais que um espaço biológico, sendo considerado como espaço social e político. De acordo com a observação de Simone de Beauvoir:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de

feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro (BEAUVOIR, S. 1967, p. 09)

Essas espacialidades referem-se às diferentes categorias de espaço, como os urbanos e rurais, bem como na expressão das identidades femininas ou masculinas. Essa perspectiva refere-se à estruturação do mundo, como observado por Butler (2003), baseado no binarismo, ou seja, constituído por dois polos, masculino e feminino, os quais são colocados como termos universais

Além disso, Silva (2010) aponta que a perspectiva feminista na produção da ciência geográfica não deve ser associada à percepção do corpo que pratica o conhecimento, ou melhor, existem homens que utilizam as epistemologias feministas, afim de incorporar o discurso libertador na forma de vivenciar os espaços, a ciência, a ética e a política. Como demonstra Silva (2009), em sua obra *Geografias Subversivas*:

A geografia científica produzida por nós geógrafas (os) é um campo de saber engendrado de relações de poder. Apenas quando assumimos a postura de que o discurso científico é uma construção social e desenvolvemos uma atitude crítica sobre os modos de se “fazer a geografia”, duvidando da consagração das “verdades” estabelecidas pela versão hegemônica difundida na historiografia do pensamento geográfico, é que compreendemos as razões das ausências de determinados sujeitos como agentes produtores do discurso científico geográfico. (SILVA, 2009, p.25)

Marinho (2008), traz a ideia de poder na obra de Foucault, a que se diferencia da abordagem tradicional deste tema, a qual concebia o poder como realidade estática, soberana e única, além disso, demonstra a forma de entender o poder para o filósofo como foi observado pelo autor:

Segundo Foucault, a ideia de um poder estático contradiz a própria expressão ou experiência do poder. Creio que posso afirmar que quando Foucault diz não acreditar nesse tipo de proposição é porque pretende tocar no seu ponto mais sensível, isto é, na sua potência, ou se desejarem, na força que se acredita ter o poder. (MARINHO, 2008, p.4)

Em seu mesmo artigo, Marinho (2008) ainda explica como Foucault concebe as relações de poder:

Ora, segundo Foucault, tudo não passava de uma estratégia com o objetivo de esconder a verdadeira realidade do poder. Assim, à maioria da população não teria consciência do que é o poder e uma certa classe poderia, tranquilamente, passar a impressão de estar manipulando-o ou de ser a sua detentora. Para analisar esta posição de Foucault, vamos desenvolver duas ideias: na primeira refletiremos sobre a falsa noção de poder; na segunda, sobre a concepção de relações de poder no pensamento de Foucault. (MARINHO, 2008, p.4)

Dentro desse contexto, é possível observar que existem silenciamentos de alguns grupos sociais, que são reflexos de embates ocorridos no meio científico, os quais criam dependências e hierarquias legitimando o poder de grupos hegemônicos e as suas teorias científicas. (SILVA, 2009).

Os questionamentos quanto à invisibilidade feminina na Geografia são datados da década de 1970, o movimento que atuava nesse período era formado por mulheres brancas de universidades norte-americanas e europeias, tal movimento ganhou força com a renovação do pensamento geográfico, principalmente nas correntes pós-coloniais e pós-estruturalistas. Nos países do eixo norte, essas críticas iniciais cravaram um consistente percurso de perspectivas novas, tanto teóricas quanto metodológicas, porém, não ocorreram influências significativas na Geografia brasileira. (NABOZNY; ORNAT E SILVA, 2010).

Quanto a hegemonia na ciência geográfica, Silva (2009) aponta:

A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. (SILVA, 2009, p.26)

Como a humanidade não é homogênea e possui suas particularidades e especificidades, alguns grupos sociais são negligenciados na ciência geográfica quando esta não considera tais características. Tal crítica foi explanada no artigo de Susan Hanson e Janice Monk, denominado "*On not excluding half of the human in human geography*", este artigo, Segundo Silva (2009), denunciou a ciência geográfica hegemônica androcêntrica e a invisibilidade feminina. O movimento ocorreu dentro da Geografia e foi encabeçado por geógrafas brancas das universidades dos países do Norte, foram questionadas e desestabilizadas a noção da ciência como um saber neutro, o que desenrolou um debate epistemológico, o qual colocava a Geografia como uma ciência pautada no modelo moderno, branco, masculino eurocêntrico e heterossexual. (SILVA, 2009). A denominada Geografia Feminista, para Silva (2009), faz parte da ciência geográfica, contendo trabalhos de cunho marxistas, positivistas, fenomenológicos etc. O uso de tal expressão "Geografia Feminista" foi alterada para "Geografias Feministas" para que seja demonstrada a diversidade ideológica e científica deste campo do saber geográfico.

A partir desse movimento, são afloradas as buscas por visibilidade de grupos sociais omitidos das produções científicas geográficas e, segundo Silva (2009), são desenvolvidos os estudos sobre lésbicas, mulheres e gays, para demonstrar suas expressões materiais e de produção do espaço geográfico, posteriormente, surgem novas críticas relacionadas à ausência da produção por mulheres e homossexuais não brancos, com isso as categorias universais são abertamente criticadas, dessa forma, emergindo também os estudos da Geografia da Sexualidade. Para Rats (2011):

Na Geografia contemporânea, os estudos de gênero e sexualidade e de relações raciais e étnicas pode recuperar parte dessas reflexões, posto que adentram e reelaboram a discussão excessivamente polarizada e naturalizada entre espaço público e privado, entre a condição social dos indivíduos e grupos e outras particularidades que se tornam diferenciações. No entanto, a primeira abordagem referida pouco reflete (ou refletia) as dimensões étnicas, racial e de gênero, e a segunda muitas vezes abstrai ou remete para segundo plano o quadro de desigualdade e de conflito que marca os diferenciados indivíduos e grupos sociais. (RATS, 2011, p. 284).

Segundo Binnie (2011), mesmo existindo diversos trabalhos sobre a sexualidade na Geografia, os estudos continuam marginalizados na ciência. E para Halberstan (2005), os estudos sobre espaço e sexualidade vêm crescendo, porém com uma tendência e enfoque em homens gays, contudo, como afirma Binnie (2011), há também nomes que se destacam nas Geografias Lésbicas, como Linda Peake, Gill Valentine e Lynda Johnston.

Segundo Spitalere (2014), os nomes que se destacam nas Geografias Feministas no âmbito internacional são: Maria Dolores Garcia-Ramón, Pamela Moss, Janet Monsen, Janice Monk, Gillian Rose, Doreen Massey, já no âmbito nacional, para a autora, as geógrafas (os) de destaque nesse ramo são: Joseli Maria Silva (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Alecsandro José Pridêncio Ratts (UFS), Rosa Ester Rossini (USP), Benhur Pinó da Costa (UFSM), María Franco Garcia (UFPB), Susana Maria Veleda da Silva (FURG), Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UNIR) e Alides Baptista Chamin Junior (UNICENTRO). Todas (os) dão sua contribuição para as análises e discussões que abarcam a categoria gênero para a compreensão do espaço.

## **5. GEOGRAFIA NO ESTADO DE SÃO PAULO**

O principal objeto de estudo da Geografia é o espaço, e por sua vez as relações sociais e o meio natural que nele estão contidos, a partir daí surge a fragmentação da Geografia, “o meio social versus meio natural”. Isso nasce a partir do momento em que tenta-se compreender as mais variadas situações que se dão no espaço. A Geografia é uma ciência que deve ser vista como um todo, estudada de forma global, uma vez que estuda as relações.

Segundo Claval (2010), o nascimento da Geografia Física, se dá no século XVIII, a partir da junção da ciência newtoniana que tinha como foco a observação, experiência e cálculo e paralelamente da razão naturalista fundada sobre a observação e classificação, que não se contentava apenas em classificar, criou-se a necessidade de compreender os processos e a história da terra. E se firma no decorrer do século XIX a Geografia Física, em decorrência da razão naturalista. A Geografia Humana também surge em meados do século

XIX com Vidal de la Blache, que analisa as relações do ser humano com o meio ambiente, utilizando uma perspectiva ecológica e mais técnica, tendo em vista que os indivíduos se sustentam a partir do meio natural (caça, pesca, plantio, etc.). A partir disso, o geógrafo analisa realidades que podem ser estáveis ou não.

Essa dualidade na Geografia surgiu dentro da Corrente Possibilista que enfatiza muito mais a Geografia Humana. Em contraponto, já no Início do século XX, De Martonne foi um dos primeiros geógrafos a subdividir o meio físico em diversos ramos para estudos, ele apresenta no livro “Tratado de Geografia Física” os primeiros passos para a subdivisão da disciplina. Mas é com a Nova Geografia que se intensifica ainda mais essas duas vertentes, uma vez que a Geografia Física começa a utilizar da quantificação para obter resultados em suas pesquisas.

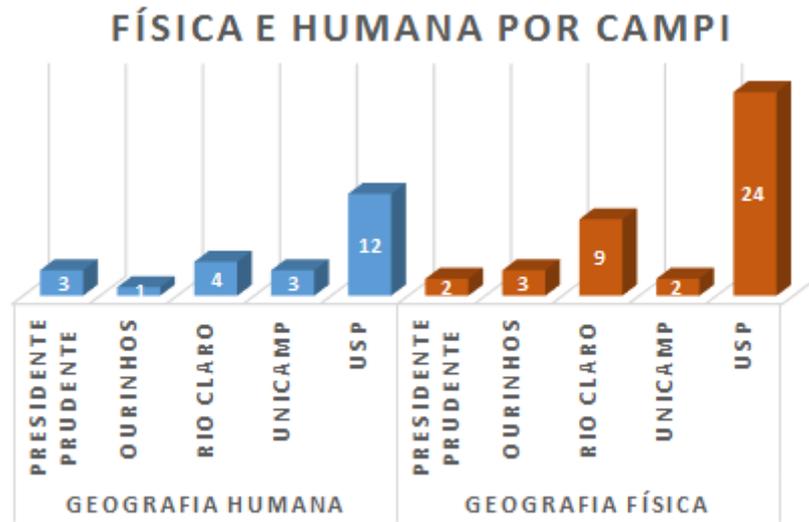
No Brasil, essa divisão se intensifica em 1939 na USP (Universidade de São Paulo), quando o departamento de geografia foi desdobrado em dois, Geografia Física e Humana, o primeiro ocupado por João Dias da Silveira e o segundo departamento ficou a cargo do Frances Pierre Monbeig, esse responsável por divulgar tal Geografia Francesa “modificada” no Estado de São Paulo e conseqüentemente no Brasil.

Atualmente vemos a necessidade de que a ciência geográfica deve ser vista na sua totalidade, sendo impossível levar em conta os aspectos sociais sem considerar os aspectos físicos e vice e versa, uma vez que o espaço natural está diretamente ligado à construção espacial social. Mas ainda assim enxergamos essa divisão muito impregnada no meio acadêmico, principalmente nas especializações, porém, essas especializações não devem fazer com que o geógrafo perca sua visão de totalidade, muito pelo contrário, deve contribuir para que o profissional faça análises mais detalhadas e assim possa melhor relacioná-las.

Neste capítulo será apresentada a análise da atuação de geógrafas/docentes dos cursos de Geografia das três universidades estaduais paulistas. Mesmo levando em conta que não deva existir uma relação dicotômica entre Geografia física e Geografia Humana, ao realizar o levantamento de dados sobre as geógrafas, pensou-se em dividi-las pela área de especialização (tabela 1, gráfico 1 e figura 1) para que seja ilustrado os espaços ocupados pelas profissionais.

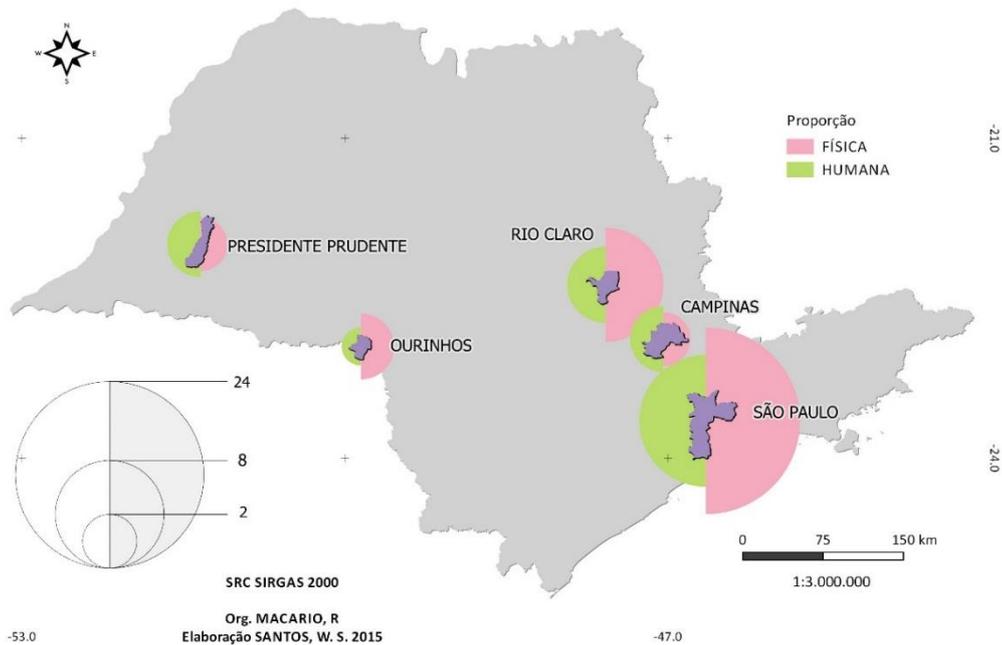
**Tabela 1:** Geografia Física e Geografia Humana por campus.

Geografia Humana					
Presidente Prudente	Ourinhos	Rio Claro	UNICAMP	USP	Total
3	1	4	3	12	23
Geografia Física					
Presidente Prudente	Ourinhos	Rio Claro	UNICAMP	USP	Total
2	3	9	2	24	40



**Gráfico 1:** Geografia Física e Geografia Humana por Campus

**Mapa de Atuação das Geógrafas entre Geografia Física e Humana (2015)**

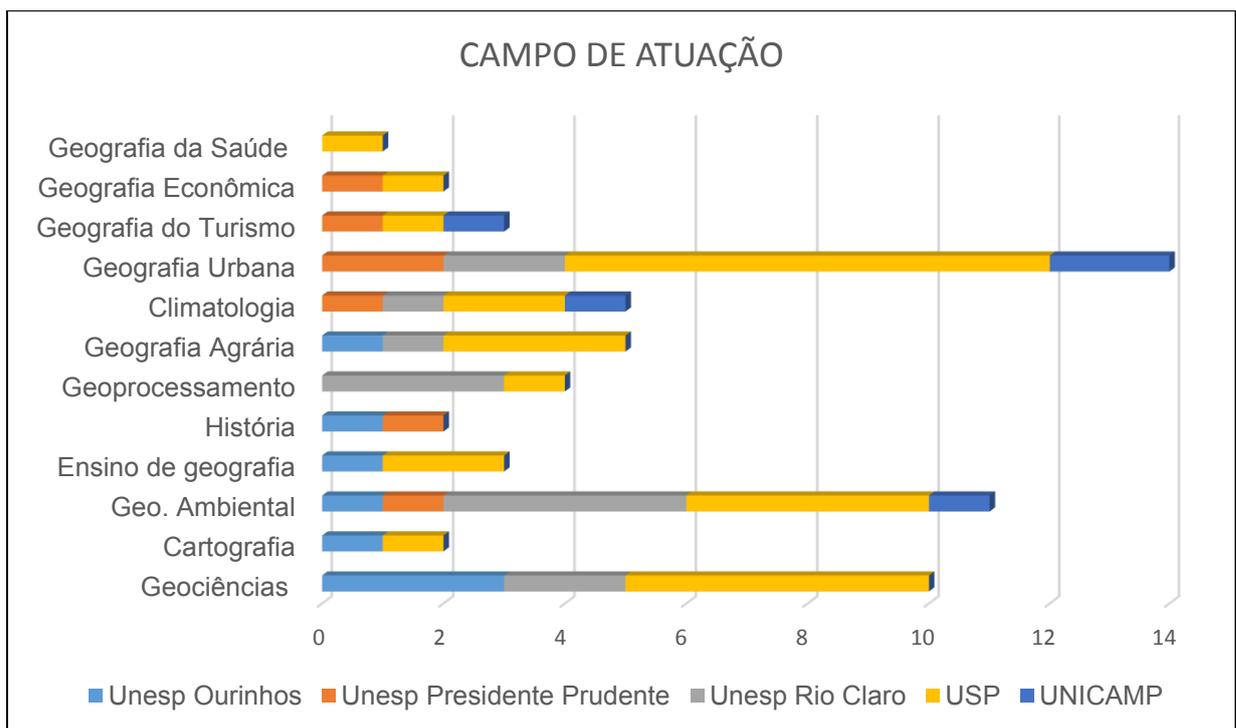


**Figura 1:** Mapa de atuação das Geógrafas entre Geografia Física e Humana (2015)

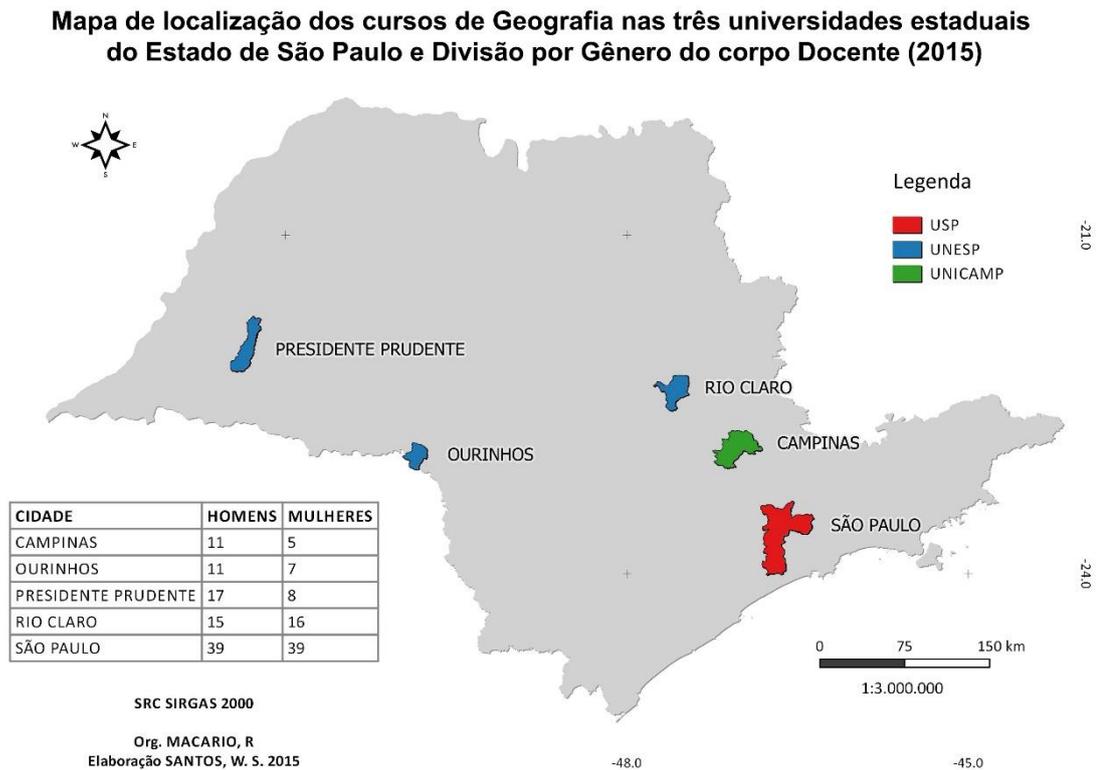
A tabela 2 e o gráfico 2 apresentam as áreas de atuação específicas das geógrafas:

**Tabela 2:** Campo de atuação por área do conhecimento.

	Unesp Ourinhos	Unesp Presidente Prudente	Unesp Rio Claro	USP	UNICAMP
Cartografia	1	0	0	1	0
Climatologia	0	1	1	2	1
Ensino de geografia	1	0	0	2	0
Geo. Ambiental	1	1	4	4	1
Geociências	3	0	2	5	0
Geografia Agrária	1	0	1	3	0
Geografia da Saúde	0	0	0	1	0
Geografia do Turismo	0	1	0	1	1
Geografia Econômica	0	1	0	1	0
Geografia Urbana	0	2	2	8	2
Geoprocessamento	0	0	3	1	0
História	1	1	0	0	0

**Gráfico 2:** Campo de atuação por área do conhecimento

No Estado de São Paulo atualmente, os Cursos de Geografia estão distribuídos em cinco cidades, entre elas Campinas, Ourinhos, Presidente Prudente, Rio Claro e São Paulo, Como podemos observar no mapa a seguir, além da localização dos *campi* o mapa traz ainda a distinção por gêneros, quantidade de homens e mulheres especializados quanto a sua localização geográfica (figura 2).



**Figura 2:** Mapa de Localização dos cursos de Geografia do Estado de São Paulo e Divisão por Gênero do Corpo Docente (2015)

## 5.1 UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” uma das 3 estaduais mantida pelo governo foi criada em 1976 a partir da junção de diversos institutos de ensino superior espalhados pelo estado. O diferencial da UNESP, é o seu formato multicampi, possui atualmente 24 campi por todo o estado. No início, dos 14 institutos, um grupo bem expressivo composto por 7 unidades chamadas de Faculdades de Filosofia e Letras, esses institutos foram responsáveis pela formação de docentes que viriam a lecionar nas escolas do estado. A UNESP ainda passou por duas grandes expansões, uma entre as décadas de 80 e 90, e uma mais recente onde foram criados em acordo com as prefeituras municipais de 9 cidades os campi experimentais.

### 5.1.1 UNESP- CAMPUS DE OURINHOS

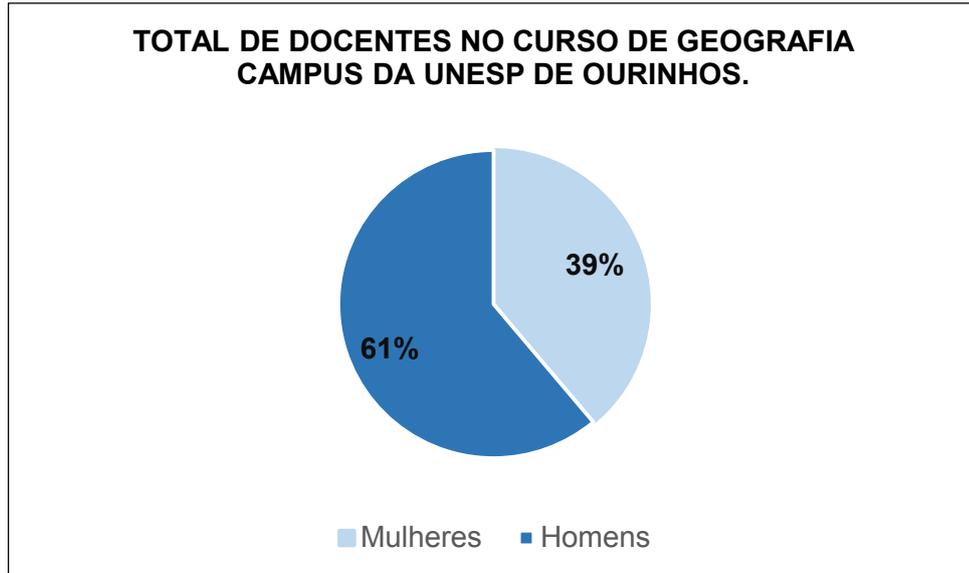
O Curso de Geografia de Ourinhos é o mais recente das estaduais, sendo implantado em Agosto de 2003, como resultado da expansão da Universidade Estadual Paulista que surgiu a partir de um acordo entre o Governo do Estado de São Paulo e Prefeituras Municipais.

Ourinhos então foi escolhida para abrigar um dos 9 campi experimentais. Foi resultado de um trabalho em equipe constituída por profissionais do IGCE- UNESP (Instituto de Geociências e Ciências Exatas), campus de Rio Claro e FCT- UNESP (Faculdade de Ciências e Tecnologia), campus de prudente.

Atualmente, conta com um corpo docente de 18 professores contratados com dedicação exclusiva à docência e a pesquisa, sendo 7 mulheres como mostra a tabela 3 e 4 e o gráfico 3 representando a porcentagem por gênero.

**Tabela 3:** Perfil profissional das docentes do Campus de Ourinhos.

<b>UNESP- Ourinhos</b>	<b>Física/Humana</b>	<b>Ano de Formação na Graduação</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área de atuação</b>
Andrea Aparecida Zacharias	Geo. Física	1996	UNESP	Geociências
Carla Cristina R. G. De Sena	Geo. Humana	1993	USP	Cartografia e Formação de Professores
Fabiana Lopes da Cunha	Historiadora	1994	USP	História
Luciene Cristina Risso	Geo. Física	1998	UNESP	Geo. Ambiental
Márcia Cristina de Oliveira Mello	Pedagoga	1995	UENP	Ensino de Geografia
Marcilene dos Santos	Geóloga	1991	UNESP	Geociências
Maria Cristina Perusi	Geo. Física	1997	UNESP	Geociências



**Gráfico 3:** Total de docentes no Curso de Geografia, Campus da UNESP De Ourinhos

Total de Docentes	
Mulheres	7
Homens	11

**Tabela 4:** Total de docentes campus de Ourinhos.

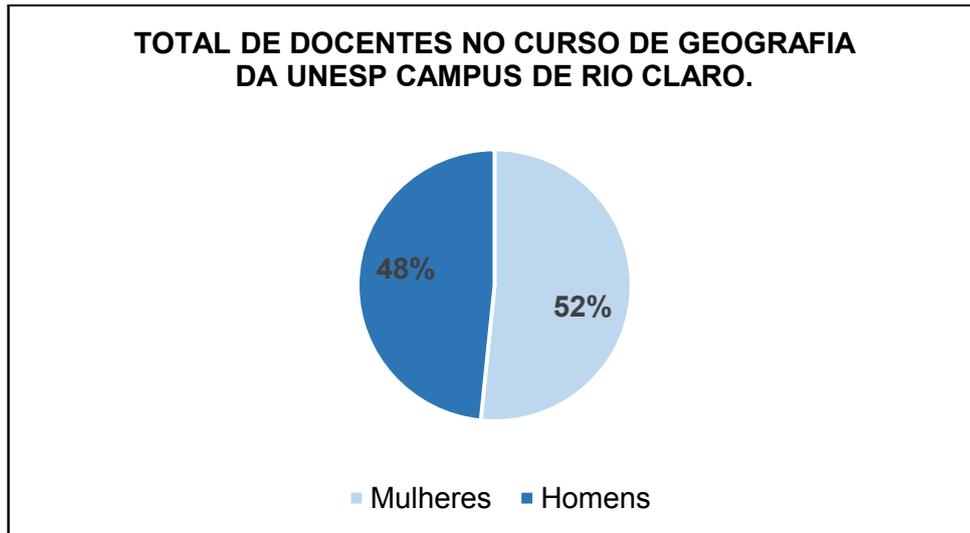
### 5.1.2 UNESP- CAMPUS DE RIO CLARO

Localizado no Instituto de Geociências e Ciências Exatas, encontra-se em Rio Claro o mais Tradicional e antigo curso de Geografia da UNESP. O instituto teve sua origem na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras criada em 1958. O Curso de Geografia hoje conta com 31 docentes de dedicação integral e exclusiva à docência e a pesquisa. Sendo 16 docentes mulheres como mostra a tabela 6, no gráfico 5 podemos observar a distinção por gênero em porcentagem. Na tabela a seguir (Tabela 5) podemos acompanhar o perfil profissional de cada docente, como ano de formação, instituição, e área de atuação, e no gráfico 4 e tabela 6, a porcentagem e total por gênero do corpo docente.

UNESP- Rio Claro	Física/Humana	Ano de Formação na Graduação	Instituição	Área de atuação
Ana Tereza Caceres Cortez	Ecóloga	1979	UNESP	Educação Ambiental

Andréia Medinilha Pancher	Geo. Física	1996	UNESP	Geoprocessamento
Angelita Matos Souza	Socióloga	1987	UNICAMP	Geociências
Bernadete Castro Oliveira	Geo. Humana	1999	UNESP	Geoprocessamento
Cenira Maria Lupinacci da Cunha	Geo. Física	1993	UNESP	Geo. Ambiental
Clauciana Schmidt Bueno de Moraes	Geo. Física	1999	UNESP	Geo. Ambiental
Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira	Geo. Humana	1985	UNESP	Geo. Agrária
Iara Nocentini André	Geo. Física	1990	UNESP	Climatologia
Magda Adelaide Lombardo	Geo Física	1972	UNESP	Geo. Urbana
Maria Isabel Castreghini de Freitas	Engenheira Cartográfica	1983	UNESP	Geoprocessamento
Maria Juraci Zani dos Santos	Geo. Física	1973	UNESP	Climatologia
Nádia Regina do Nascimento	Geo. Física	1973	UFMG	Geociências
Sandra Elisa Contri Pitton	Geo. Física	1976	UNESP	Climatologia
Silvana Maria Pintaudi	Geo. Humana	1972	USP	Geo. Urbana
Silvia Ap. Guarniéri Ortigoza	Geo. Humana	1972	UNESP	Geo. Urbana
Solange T. De lima Guimarães	Geo. Física	1983	UNESP	Educação Ambiental

**Tabela 5:** Perfil Profissional das docentes, Campus de Rio Claro.



**Gráfico 4:** Total de docentes no curso de Geografia da UNESP, Campus de Rio Claro

<u>Total de Docentes</u>	
Mulheres	16
Homens	15

**Tabela 6:** Total de Docentes Campus de Rio Claro

### 5.1.3 UNESP- CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

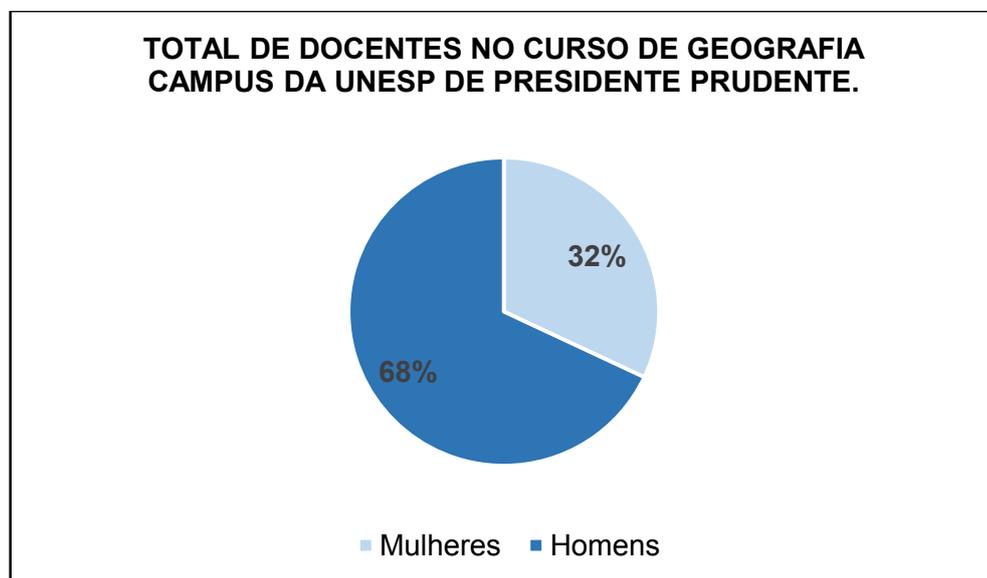
A Faculdade de Ciências e Tecnologia onde está situado o atual curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista, se desenvolveu a partir da Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, que foi criada em 1957 até então na condição de Instituto de Ensino Superior do Estado de São Paulo, foi então solicitado pelo Conselho Nacional de Educação em novembro de 1958 a criação dos cursos de Geografia e Pedagogia, sendo aprovados o funcionamento em meados de 1959.

Com a Criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” em 1976, a F.F.C.L integrou-se à nova instituição, que viria a ser o futuro Campus Universitário de Presidente Prudente.

Atualmente o curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, conta com um total de 40 Professores Doutores, de 4 departamentos distintos. Na tabela 7, é possível observar o perfil profissional de cada docente. No Departamento de Geografia, são 25 Doutores, sendo que apenas 8 são mulheres como pode ser visto no gráfico 5 e tabela 8 na sequência.

**Tabela 7:** Perfil profissional das docentes da UNESP campus de Presidente Prudente.

Unesp- Presidente Prudente	Física/Humana	Ano de Formação na Graduação	Instituição	Área de atuação
Claudemira Azevedo Ito	Geografia Humana	1986	UNESP	Geo. do Turismo
Eda Maria Góes	Historiadora	1986	UNESP	Geo. Urbana
Isabel Cristina Moroz Caccia Gouveia	Geografia Física	1991	USP	Geo. Ambiental
Margarete Cristiane de C. Trindade de Amorim	Geografia Física	1989	USP	Climatologia
Maria Terezinha Serafim Gomes	Geografia Humana	1997	UNESP	Geo. Urbana
Paula Ferreira Vermeersch	Socióloga	2007	UNICAMP	História
Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol	Geografia Humana	1985	UNESP	Geo. Economica

**Gráfico 5:** Total de docentes no Curso de Geografia, UNESP campus de Presidente Prudente.

Total de Docentes	
Mulheres	8
Homens	17

**Tabela 8:** total de Docentes Homens e Mulheres.

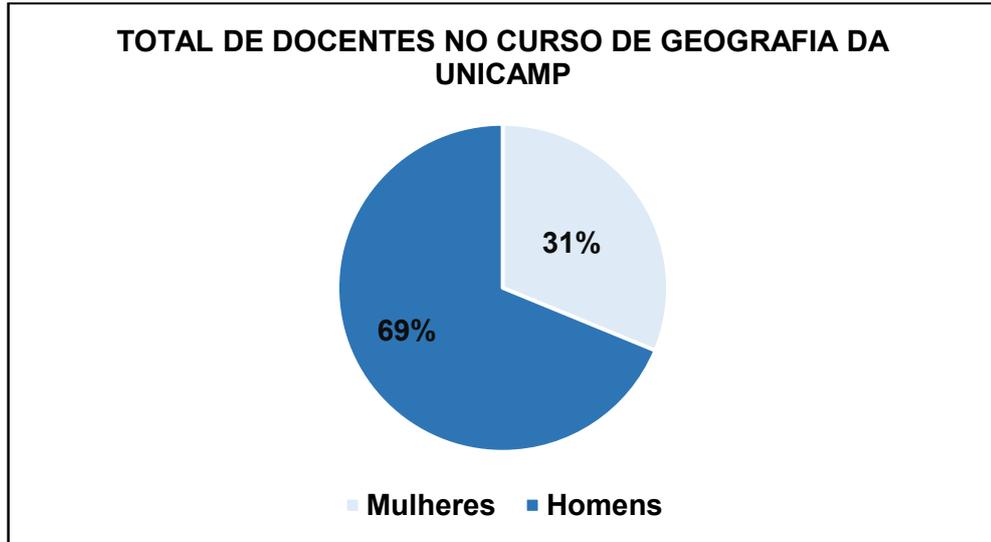
## 5.2 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS- UNICAMP

A UNICAMP (Universidade de Campinas), foi fundada em 1966, foi criada como um centro estratégico para formação de profissionais e mão de obra capacitada nas áreas voltadas para tecnologia e ciências naturais, principalmente para pesquisa científica.

O Curso de Geografia, está localizado no Instituto de Geociências (IG), o Instituto mesmo estando previsto desde a formação da UNICAMP, só foi implantado em meados de 1979. Apenas em 1998 começou a oferecer o curso de Licenciatura em Geografia. O Instituto conta atualmente com aproximadamente 48 docentes distribuídos pelos quatro departamentos, e aproximadamente 430 alunos de graduação. O curso de Geografia conta com um total de 16 docentes, sendo apenas 5 mulheres como se observa na tabela 10, e gráfico 6. Na tabela 9, pode-se acompanhar o perfil profissional de cada uma das docentes.

**Tabela 9:** Perfil Profissional das Docentes da UNICAMP.

<b>UNICAMP</b>	<b>Física/Humana</b>	<b>Ano de Formação na Graduação</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área de atuação</b>
Adriana Maria Bernardes da Silva	Geo. Humana	1991	USP	Geo. Urbana
Claudete de Castro Silva Vitte	Geo. Humana	1984	USP	Geo. Urbana
Luci Hidalgo Nunes	Geo. Física	1983	USP	Climatologia
Maria Tereza Duarte Paes	Geo. Humana	1985	UNESP	Geo. Do Turismo
Regina Celia de Oliveira	Geo. Física	1996	UNESP	Geo. Ambiental



**Gráfico 6:** Total de Docentes no curso de Geografia da UNICAMP.

Total de Docentes	
Mulheres	5
Homens	11

**Tabela 10:** Total de Docentes Homens e Mulheres, UNICAMP.

### 5.3 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO- USP

O Curso de Geografia da USP, localizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo é o mais antigo do estado de São Paulo, foi inaugurado em 1934 coordenado pelo Prof. Pierre Deffontaines, que veio diretamente da França para dar início as atividades. A Partir de 1939 o curso passou a ser subdivido em duas vertentes, Geografia Física e Geografia Humana.

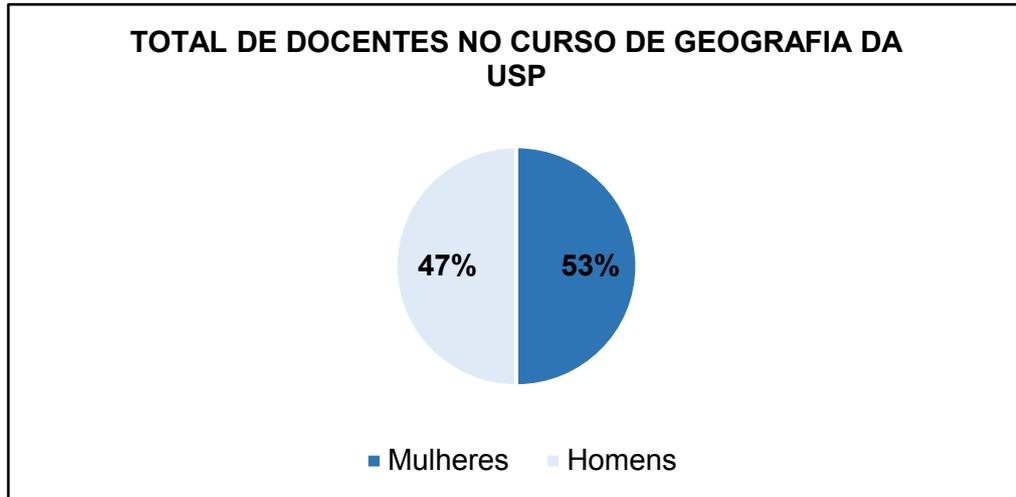
Conta atualmente com um quadro de 79 docentes, entre eles aposentados e ligados ao programa de pós graduação. O quadro docente de Mulheres conta com 28 Doutoradas ligadas à graduação como se observa na tabela 12 em números absolutos e gráfico 7 em porcentagem. Na tabela 11 observa-se o quadro profissional das docentes.

**Tabela 11:** Perfil Profissional das Docentes da USP

USP	Física/Humana	Ano de Formação na Graduação	Instituição	Área de atuação
Adyr A. Balastrieri Rodrigues	Geo. Humana	1969	USP	Geo. Do Turismo

Amélia Luisa Damiani	Geo. Humana	1975	USP	Geo. Urbana
Ana Fani Alessandri Carlos	Geo. Humana	1975	USP	Geo. Urbana
Bianca Carvalho Vieira	Geo. Física	1994	UFRJ	Geomorfologia
Claudette Barriguela Junqueira	Geo. Humana	-	USP	Saúde Pública
Cleide Rodrigues	Geo. Física	1980	USP	Geociências
Déborah De Oliveira	Geo. Física	1992	USP	Geociências
Fernanda Padovesi Fonseca	Geo. Física	1987	USP	Ensino de Geografia
Glória de Anunciação Alves	Geo. Humana	1986	USP	Geo. Urbana
Isabel Aparecida Pint Alvarez	Geo. Humana	1986	USP	Geo. Urbana
Larissa Mies Bombardi	Geo. Humana	1995	USP	Geo. Agrária
Léa Francesconi	Geo. Humana	1996	USP	Geo. Da Indústria
Lígia Vizeu Barrozo	Geo. Física	1989	USP	Geo. Ambiental
Maria Eliza Miranda	Geo. Humana	1984	USP	Ensino de Geografia
Maria Laura Silveira	Geo. Humana	1988	Universidade Nacional del Comahue	Geo. Urbana
Maria Mónica Arroyo	Geo. Humana	1981	UBA	Geo. Econômica

Marta Inez Medeiros Marques	Geo. Humana	1986	UFPE	Geo. Agrária
Maria Elisa Siqueira Silva	Meteorologista	1989	USP	Climatologia
Odette Carvalho de Lima Seabra	Geo. Humana	1970	USP	Geo. Urbana
Regina Araújo de Almeida	Geo. Física	1982	USP	Cartografia Tátil
Rita de Cássia Ariza da Cruz	Geo. Humana	1991	USP	Geopolítica
Rosely Pacheco Dias Ferreira	Geo. Física	1968	USP	Geociências
Rubia Gomes Morato	Geo. Física	2000	USP	Geoprocessamento
Sandra Lencioni	Geo. Humana	1975	USP	Geo. Urbana
Sidneide Mandredini	Agrônoma	1974	UNESP	Geociências
Simone Scifoni	Geo. Humana	1994	USP	Geo. Ambiental
Sônia Maria Furian Dias	Geo. Humana	1979	USP	Geo. Urbana
Sueli Ângelo Furlan	Geo. Humana	1984	USP	Geo. Ambiental
Valéria de Marcos	Geo. Humana	1991	USP	Geo. Agrária



**Gráfico 7:** Total de Docentes no Curso de Geografia da USP

Total de Docentes	
Mulheres	28
Homens	31

**Tabela 12:** Total de Docentes Homens e Mulheres, Campus da USP.

#### 5.4 O QUE PENSAM AS GEÓGRAFAS ACADÊMICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O exercício do fazer ciência é executado por nós seres humanos, considerando que possuímos a corporalidade generificada de forma binária por meio de construções sociais, de acordo com a nossa genitália no momento em que nascemos. Tal modelo de gênero binário ao longo da história serviu para a naturalização de algumas opressões contra a mulher e para fortalecer privilégios masculinos. Como o modelo binário está enraizado em nossa sociedade heteronormativa, a qual coloca qualquer outro tipo de orientação sexual como marginalizada, há de se considerar que haja particularidades e especificidades entre mulheres e homens.

Para analisar a percepção e o pensamento das geógrafas paulistas, inseridas no corpo docente dos cursos de Geografia das três universidades estaduais, quanto a existência de diferenciação de gênero favorável às estruturas de poder no ambiente profissional e acadêmico e no modo de produzir ciência, foi aplicado um questionário de caráter qualitativo contendo três questões abertas, as quais foram enviadas para o *e-mail* das professoras, incluindo as aposentadas que atuam no programa de pós-graduação em Geografia da Universidade de São Paulo.

Foram obtidas 25 respostas e a título de preservação das colaboradoras elas serão aqui tratadas de forma enumerada. As questões enviadas foram:

- 1) Quando ingressou no curso de graduação como estudante sentiu preconceito por ser mulher?
- 2) Quando ingressou na academia como geógrafa/docente sentiu preconceito por ser mulher?
- 3) Na sua opinião qual é a contribuição da ótica feminina na Geografia?

A primeira questão, foi elaborada pensando em analisar a inserção da mulher no curso superior de Geografia e de que maneira tal vivência foi realizada, se houve algum tipo de discriminação em diferentes períodos de espaço e tempo, levando em consideração que o ano de formação do quadro de professoras são distintos. Nesta questão, as respostas obtidas em sua grande maioria, foram negativas, ou seja, prevaleceu a afirmação que não houve algum tipo de discriminação ou preconceito durante a trajetória da graduação, muitas afirmaram que a maioria em suas turmas eram formadas por mulheres, sendo os cursos voltados para a atuação profissional no ensino básico, como aponta a professora 3:

“Não, até porque naquela década (entrei no ano de 1974), o curso de Geografia volta-se preponderantemente à formação de professores de ensino básico, carreira em que predominavam as mulheres. Minha turma tinha maior número de mulheres do que de homens. Entramos em 40 pessoas e nos formamos em 15, dos quais apenas 3 eram homens. Talvez também não tenha sentido nenhum tipo de preconceito naquela fase, porque estava fortemente envolvida com o movimento estudantil que era bem ativo (lembramos que estávamos ainda na Ditadura Militar) e as mulheres tinham bastante presença neste processo, embora ele fosse, majoritariamente liderado por homens. Fui vice presidente do Diretório Acadêmico da minha faculdade (o presidente era um colega do sexo masculino que trabalhava no Banco do Brasil, então, cotidianamente eu tinha muita autonomia para conduzir as decisões, ou seja, ele me tratava com bastante simetria, do ponto de vista político).”

O período de abertura política pós-ditadura militar e a efervescência cultural, em que houve forte atuação do Movimento Feminista, auxiliou no exercício de desconstrução de padrões de gênero opressores provocados contra a mulher universitária. Contudo, como qualquer elemento é válido para a não generalização, houveram 3 entrevistadas que apontaram que sim, sofreram preconceito. Como frisam as professoras 7 e 15:

“Sim, pois naquela época as mulheres não exerciam as mesmas atividades que os homens.”

“Não sei se propriamente preconceito, mas tanto no curso, como profissionalmente sinto que há uma certa desconsideração em relação à mulher. Parece que há mais respeito e consideração em relação ao profissional homem, do que em relação à mulher. Profissionalmente isso me parece que é mais forte, acho que é isso.”

O ano de formação da professora 7 foi em 1992, uma distância de período de tempo considerável em relação ao ano de formação da professora 3, ao meu ver essa fala se deve à sua área de interesse e atuação, inserida na Geografia Física, que há um notável predomínio masculino até os dias atuais, isso nos leva a pensar que as desconstruções dos padrões de gênero ainda são necessárias em algumas áreas da ciência, mesmo levando em consideração os avanços conquistados pela luta feminista.

Já a segunda questão foi elaborada pensando em investigar se as relações de gênero atuam dentro da estrutura profissional acadêmica, se há ou não disputas por poder e se é perceptível as discriminações contra a mulher nessa esfera social. Visto que há um predomínio masculino na maioria dos corpos docentes. Na questão em pauta, a maioria das colaboradoras também responderam que não sofreram preconceito ou discriminação, porém houve uma parcela considerável de respostas que devem obter atenção, pois demonstram que ainda há um pensamento bastante retrógrado e conservador na academia, um local que deveria dar início no rompimento de ideias ultrapassadas e preconceituosas como relatam as professoras 3, 10, 15, 18, 22, 23, 24:

“Penso que o termo preconceito seria forte demais. Senti que fui tratada com diferença, que nem chegava a ser discriminação, mas havia denotação de que vários me viam de modo diferente do que viam os colegas do sexo masculino. Entrei num departamento em que só havia, naquele momento, homens (depois o departamento fundiu-se com o de Ciências Ambientais e ficamos em duas mulheres, após 4 ou 5 anos outras começaram a entrar e hoje é provável que sejamos quase 50% do total) Quando eu entrei, a maior parte dos então docentes tinham sido meus professores e eu ingressava no mesmo concurso que meu marido. Assim, demorei alguns anos para opinar com maior liberdade no departamento, principalmente, porque me sentia pouco preparada, em termos de maturidade (tinha apenas 24 anos) para dialogar com pessoas que respeitava tanto como meus ex-professores. Quando comecei a

falar e opinar com maior frequência (coisa que faço até hoje - às vezes, até demais) senti que uma parte de meus colegas ficavam surpresos, sobretudo quando minha posição divergia daquela externada por meu marido ou por um daqueles professores que todos sabiam que eu respeitava e admirava. Externar minha opinião de modo peremptório, era visto por alguns como manifestação de que eu "eu estaria brava", enquanto eu sabia perfeitamente que o mesmo modo de manifestação da parte de um homem era compreendido como ponto de vista firme. Enfim, das mulheres, culturalmente, sempre se espera doçura... e não ideias e posições... Mesmo assim posso dizer que, com o passar dos anos, estes tipos de reações desapareceram, talvez, porque todos já saibam que opino sempre. No conjunto da vida da UNESP, acho que o padrão masculino de condução permanece. Nunca tivemos uma mulher reitora e a docente que é hoje vice-reitora é constantemente classificada como alguém "que fala muito" (no sentido negativo como falar demais da conta) e eu penso que isso tem a ver com o gênero. Entretanto, sei bem que, se há machismo, ele é tanto reproduzido pelos homens como pelas mulheres, ou seja, há, entre nós (mesmo na academia onde está a vida intelectual e se espera que haja crítica e vanguarda), a reprodução das visões mais conservadoras da sociedade, pois tanto homens como mulheres, no geral, reproduzem, dentro da academia, as assimetrias de gênero que há na sociedade. “

“Cursei Mestrado e Doutorado na UNESP/Botucatu, em Agronomia. O Departamento ao qual eu estava vinculada era composto apenas por docentes homens. Havia certo preconceito por eu ter ingressado no Mestrado tendo acabado de ter uma filha (ela tinha 15 dias). O preconceito era no sentido da expectativa de eu não ser capaz de dar conta de cuidar do bebê e de desenvolver meu trabalho com dedicação. Com o tempo esse preconceito foi dissipado. Eu era convidada a dar palestras e a auxiliar com os alunos de iniciação científica. Minha dedicação foi logo reconhecida. Enfatizo que as mulheres, em geral, precisam demonstrar competência superior à dos homens para ser respeitada enquanto profissional. “

“Não sei se propriamente preconceito, mas tanto no curso, como profissionalmente sinto que há uma certa desconsideração em relação à mulher. Parece que há mais respeito e consideração em relação ao profissional

homem, do que em relação à mulher. Profissionalmente isso me parece que é mais forte, acho que é isso.”

“Eu não sou geógrafa, mas cientista social, e quando mais senti preconceito por ser mulher foi no Doutorado, que realizei em Economia, no ambiente de trabalho acadêmico existe, claro, machismo, mas nada que incomode muito.”

“Sim, principalmente por não morar com minha família, por ser mulher todos me julgaram e julgam até hoje por viajar toda a semana enquanto que um colega do sexo masculino que vive o mesmo cotidiano de viagens e de morar longe da família é tratado com naturalidade. Eu sou vista como a mãe que abandona os filhos para trabalhar e ele é visto como o herói que viaja para sustentar a família.”

“Entrei na academia em 2006 e não senti preconceito por ser mulher, somente depois da minha licença maternidade que percebi que ser mãe na Universidade é mais difícil, pois as cobranças de produção são as mesmas, e nosso tempo é mais restrito. Fiquei indignada quando ouvi de um colega de trabalho que ele "gostaria de ser mulher para ficar seis meses em casa". Respondi que nesses seis meses só cuidei da minha filha, não produzi nada, e muito menos tive férias! Aí percebi, que alguns homens (não gosto de generalizar) não compreendem que ser mulher, mãe e profissional é uma tarefa desafiadora.”

“No ingresso por meio de concurso público não. O trâmite de contratação previa um perfil independente do gênero do candidato. No entanto, na atuação docente após 10 anos no ensino superior percebo que alguns homens professores docentes universitários da Câmpus de Ourinhos, carregam uma concepção machista de liderança, em que os homens dão a última palavra e escolhem os caminhos a serem percorridos pela equipe docente, como por exemplo a coordenação de programas importantes e a escolha de líderes gestores. Penso que isto não está dissociado da própria cultura machista da sociedade brasileira, portanto, é um reflexo dela. Penso também que esses docentes podem não perceber de imediato este caráter machista, teríamos que

investigar, ou seja, será que os homens docentes têm consciência disto? É algo a se refletir?”

A terceira questão foi pensada para averiguar como a mulher geógrafa dotada da sua visão feminina contribui para as transformações dentro da ciência geográfica, no sentido de que a Geografia foi por muitos anos produzida por homens e com a análise através da ótica masculina, considerando que os corpos generificados são os agentes produtores da ciência, e que estes possuem suas especificidades e subjetividades na forma de vivenciar o espaço geográfico, e conseqüentemente na forma de produzir ciência. As respostas foram em sua metade entusiasmantes, as colaboradoras colocaram diferentes visões, mas que consideram as especificidades femininas como um avanço para a ciência geográfica como podem ser vistos nas respostas das professoras 1, 4, 7, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 22, 23, e 24:

“Eu só posso acrescentar que podemos ser um pouco mais sensíveis quando fazemos pesquisas em contatos com a população. Eu não tenho problemas como pesquisadora, diferentes dos que possam ter os homens.”

“Eu avalio que as mulheres, de uma forma geral, são mais sensíveis para perceber e compreender determinadas situações do cotidiano, nas relações pessoais e mesmo em relação à pesquisa, ao ensino, à extensão e à administração. Entretanto, acho difícil opinar sobre a contribuição feminina na Geografia, já que tivemos e ainda temos tantos geógrafos e geógrafas que contribuíram (e contribuem) para o desenvolvimento da Ciência Geográfica brasileira, que fica difícil pensar na construção do Conhecimento ou da Geografia apenas a partir da ótica de homens ou mulheres. Basta lembrar o nome de alguns destes: Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Ana Fani A. Carlos, Maria Adelia de Souza, Bertha Becker, Lysia Bernardes, Denise Elias, Lucia Gerardi, Livia de Oliveira etc.”

“Creio que a mulher seja mais sensível aos diversos interesses, principalmente quando se trata da relação professor/aluno.”

“Na minha opinião a ótica feminina pode contribuir para identificar o quanto os lugares são influenciados pelo predomínio ou não da abordagem sexista ou o quanto tal abordagem altera a configuração dos lugares. Por ex., a visão machista de uma determinada cultura influencia diretamente na violência contra a mulher. Os geógrafos podem identificar a possível

associação com os lugares e sugerir políticas públicas que promovam a redução da violência.”

“Penso que a mulher, em geral, apresente uma sensibilidade maior que a do homem, podendo (não obrigatoriamente) fazer decisões mais acertadas. Mas esse é um tema geral e não só da geografia.”

“A condição feminina, por suposto, deve de alguma forma, replicar na forma como se produz conhecimento em Geografia. Contudo, mesmo considerando as teses que orientei não consigo perceber com acuidade elementos que pudessem servir de anteparo há uma reflexão teórica sobre essa questão.”

“Sinceramente, não estou convencida de que a questão de gênero interfira, de forma sistemática, no processo de produção de conhecimento. Todavia, não descartaria a possibilidade de uma feminização no campo da produção científica em geral ter trazido para a ciência e para a academia elementos antes inexistentes ou pouco valorizados no universo masculino. A própria discussão sobre gênero no interior da Geografia e em outros campos disciplinares parece me ser fruto desse movimento de maior inserção das mulheres no mercado de trabalho como pesquisadoras e como docentes do ensino superior. Neste sentido, sinalizo para um entendimento de que a feminização do universo acadêmico e científico teria desdobramentos positivos simplesmente por inserir como protagonistas no processo de produção do conhecimento sujeitos antes mantidos apartados do mesmo: as mulheres. Considerando as idênticas competências intelectuais entre os gêneros masculino e feminino, a exclusão das mulheres desse universo representava uma amputação social com perdas, conseqüentemente, para toda. Sociedade.”

“Consegue ampliar ainda mais o "leque "de temas relacionados a Geografia tais como educação ambiental, degradação do meio ambiente.”

“A mulher é muito detalhista em todas as suas funções. Deste modo, contribui para a área geográfica, pois analisa os elementos em todos os detalhes, integrando-os com maior facilidade, tomando o cuidado para analisar todos os aspectos da área de estudo. Quanto à sua função de professora,

acredito que a mulher tem condições de desenvolver um bom trabalho, pois consegue estabelecer um relacionamento de amizade com os alunos. Ela pode ser mais sensível para perceber o nível de aprendizado dos alunos e identificar as dificuldades.”

“Opino como não geógrafa, mas professora num curso de Geografia, e parece-me que a contribuição das mulheres, em âmbito internacional, como na maioria das áreas, tem avançado na Geografia, entretanto ainda está aquém do destaque que geógrafos do sexo masculino ocupam nas referências dentro da área. Ademais, tenho a impressão que no âmbito da Geografia Física, mulheres enfrentam maiores dificuldades em função do machismo. “

“As mulheres são a grande força da Geografia atualmente, em todos os níveis. Embora tenham posturas discretas, não agressivas profissionalmente, tem galgado espaços consideráveis no ambiente acadêmico e de mercado. Infelizmente, poucas são as que atuam na área administrativa, em cargos de liderança, o que precisa ser ampliado. “

“Acredito que o olhar feminino contribui principalmente na ampliação das abordagens de integração da geografia, percebe-se que muitas das pesquisas de geógrafas trazem reflexões sobre diversas áreas que contribuem para a compreensão da complexidade do espaço geográfico, acredito também que o olhar feminino na geografia trouxe as discussões da geografia trabalhada na educação básica com a acadêmica.”

“A ótica feminina na Geografia contribui com o olhar mais paciente e talvez mais sensível para com os problemas sócio ambientais. “

“Quando penso na mulher na Geografia três nomes se destacam. Primeiro, Lívia de Oliveira, pioneira dos estudos na área pedagógica e especialmente nos estudos da percepção, portanto, nada mais próximo para a compreensão da questão gênero e Geografia, lembrar de sua contribuição nos de 1970 Segundo lugar, Sônia Castellar, por sua representatividade no campo e por ter formado uma geração de pesquisadores e pesquisadoras a partir dos anos de 1990, que são meus colegas na academia. Em terceiro lugar, Lana Cavalcanti, representa a Geografia escolar no universo nacional. Desta forma,

as mulheres, a partir dos anos de 1970 conseguem se inserir num campo (pesquisa) que era predominantemente de homens geógrafos.”

Por outro lado, também houveram respostas distintas à visão e certeza da existência de um olhar feminino na ciência geográfica, algumas das colaboradoras acreditam que não se deve considerar as condições de gênero como influência do fazer do pensamento geográfico, como foi exposto pelas professoras 6, 12, 19 e 25:

“A ciência não tem ótica de gênero. Busca a verdade, desde Galileo. O resto é delírio. Leia SOWELL, Thomas - Os Intelectuais e a Sociedade- Ed É Realizações. Vai ajudar você.”

“A mesma da ótica masculina. ”

“Se entendi bem a questão, antes de mais nada, ética não tem gênero e a contribuição das mulheres no desenvolvimento do conhecimento geográfico sempre foi significativa. As mulheres geógrafas com as quais tive oportunidade de trabalhar sempre se pautaram pela dedicação ao que realizavam e pelo respeito, não se impondo teórica ou metodologicamente.”

“Penso que não só na geografia, mas em todas as profissões, não é o gênero que faz o profissional ser melhor ou pior. Porém, notório é que a maioria dos nomes da geografia são homens, penso que uma leitura mais aprofundada do assunto, talvez responda melhor a essa questão.”

Analisando as respostas da questão três, me permiti fazer alusão à um artigo, o qual questiona a neutralidade de gênero dos próprios critérios que estipulam o que é científico, denominado ““Aventureiras” nas Ciências” de Maria Margaret Lopes, publicado nos Cadernos Pagu da Unicamp em 1988. No texto a autora aborda como se deu a criação do imaginário do ser cientista, dando como exemplo um homem que enfrentou as durezas do campo em nome da ciência e lhe foi atribuído o título de herói, a mulher que passou pelas mesmas situações as vezes recebia o título de aventureira, isto é, até que ponto a neutralidade está presente na ciência, como a autora explica no trecho: “[...] E até por que talvez não sejamos

heroínas e a figura da cientista acima de qualquer suspeita não existe (embora muitos ainda acreditem que a do cientista pode existir), as mulheres de ciências compartilham todas e mais algumas das contradições, dubiedades e conflitos que caracterizam as práticas científicas.” (LOPES, 1988, p. 367).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho trouxe a reflexão sobre um possível processo de construção do pensamento feminino na Geografia paulista, mesmo existindo diferentes olhares metodológicos para a Geografia e não predominando nos estudos das geógrafas pesquisadas as abordagens de gênero, o nome que se destaca como única nessa esfera no estado de São Paulo é Rosa Esther Rossini, professora aposentada ligada ao programa de pós-graduação em Geografia da USP, que colaborou na fundação do “Núcleo de Estudos da Mulher” – USP e possui diversos trabalhos publicados na área. Há de se ponderar sobre a existência de uma ciência carregada de diferentes ideologias e posicionamentos epistemológicos, mas que o exercício da ciência é pleno de uma corporalidade, ou seja um corpo que sente as experiências, que são refletidas na prática científica.

Deve-se levar em consideração a contribuição do Movimento Feminista na inserção da mulher na universidade, tanto como pesquisadora, quanto inserida como objeto de pesquisa nos estudos geográficos. Contudo ainda se faz necessários a inserção das questões de gênero na Geografia, e que a reflexão e questionamento quanto a neutralidade científica possa trazer novos olhares e transformações, para a academia, bem como para a sociedade em geral, visto que um dos papéis do geógrafo é conseguir analisar determinados espaços, identificar problemas e ser capaz de impulsionar políticas públicas para que haja uma vivência espacial digna e justa para todos, levando em consideração as especificidades de classe, raça, gênero e sexualidade.

Que tal reflexão contestadora da neutralidade da ciência geográfica hegemônica gere mais discussões entre geógrafos, e que possamos construir o conhecimento que nos liberte e não nos oprima.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BINNIE, Jon. **Class, sexuality and space**: A comment. *Sexualities*, v. 14, n. 1, p. 21-26, 2011.
- BRASIL (1997) Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF.
- CLAVAL, Paul. **"Campo e perspectivas da geografia cultural."** *Geografia cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: EdUERJ (2002): 133-186.
- CLAVAL, Paul. **Terra dos homens: a geografia**. Contexto, 2010.
- COSGROVE, D. E. **"Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria."** *Espaço e cultura* 5 (1998): 5-29 Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/espacoecultura/article/viewFile/6313/4506>> Acesso em: 27 de Setembro de 2015
- COSTA, A. A. A. **"O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política."** *Revista Gênero* 5.2 (2013).
- DA SILVA, S. M. V. A contribuição dos estudos de gênero para a compreensão da geografia do trabalho: uma pauta para discussão DOI: 10.5212/Rlagg. v. 4. i2. 106117. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 2, p. 106-117, 2013.
- TELES, M. A. **"O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar."** *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos* 2.2 (2014): 9-18.
- FRASER, Nancy. **"Mapeando a imaginação feminista: feminista: da redistribuição ao da redistribuição ao reconhecimento e à representação."** *Estudos Feministas* 15.2 (2007): 291-308.
- GEORGE, P. et. Al. **Geografia Ativa**. 4. Ed. São Paulo: Difel, 1986.
- HALBERSTAM, Judith. **In a queer time and place: Transgender bodies, subcultural lives**. NYU Press, 2005.
- LOPES, Maria Margaret. "Aventureiras" nas ciências: Refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. **cadernos pagu**, n. 10, p. 345-368, 2012. <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51186>.
- MENDONÇA, F. **Dualidade e dicotomia na Geografia moderna**. RA'EGA, o espaço geográfico em análise. Curitiba: UFPR, ano 2, n. 2, 1988, p. 153-165
- MONK, Janice; HANSON, Susan. *On not excluding half of the human in human geography*. 1982.
- OKIN, Susan Moller. **"Gênero, o público e o privado"**. *Estudos Feministas* 16.2 (2008): 305-332.
- OTTO, C. PINTO, C. R. J. **"Uma história do feminismo no Brasil."** *Estudos Feministas* 12.2 (2004): 238.
- PIOVESAN, Flávia. **"Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina."** *O Progresso das Mulheres no Brasil 2010* (2003).
- RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. **Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres**, p. 25-37, 1998.

RATTS, Alex. **Negritude, masculinidade, homoerotismo e espacialidade em James Baldwin**: uma leitura brasileira. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista Chimin. Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais. Ponta Grossa. Toda Palavra, p. 261-289, 2011.

REIS MARINHO, Ernandes. **As Relações De Poder Segundo Michel Foucault**. E-Revista Facitec, v. 1, n. 4, 2009. <http://facitec.br/ojs2/index.php/erevista/article/view/7>

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, J. M. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, p. 25-53, 2009.

SILVA, J M; M.Sc. Almir Nabozny ; Marcio José Ornat . **A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica**: uma questão de escolhas metodológicas .Abordagens Geográficas - volume 1, número 1, 2010: out.nov., p. 23-41

SILVA, Sérgio Henrique Pinto. **"Geografia física e geografia humana: uma dicotomia a ser superada?"** Outros Tempos– Pesquisa em Foco-História Vol.4 p.40 (2007).

SPITALERE, Ana Carolina Rocha. **Geografia e gênero**: considerações sobre a produção acadêmica brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso. 72 f. Unesp Rio Claro, 2014.

VESENTINI, José. **Ensino da geografia e livro didático**. VESENTINI, José. W. Para uma geografia crítica na escola. São Paulo: Editora Ática, p. 101-124, 2001.

Yannoulas, Silvia Cristina, Adriana Lucila Vallejos, and Zulma Viviana Lenarduzzi. **"Feminismo e academia."** Revista brasileira de Estudos pedagógicos 81.199 (2000): 425-451.

## 8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

**Apresentação Curso de Geografia.** Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/#!/graduacao/geografia/apresentacao/> Acesso em 20 de Agosto de 2015

Departamento de Geografia da USP. **APRESENTAÇÃO.** Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/apresentacao.htm> Acesso em 20 de agosto de 2015.

**HISTÓRICO DA UNESP.** Disponível em <http://www.unesp.br/#!/apresentacao/historico/> Acesso em 20 de agosto de 2015.

**HISTÓRICO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA.** Disponível em <http://portal.ige.unicamp.br/pt-br/departamentos/dgeo/hist%C3%B3rico> Acesso em 20 de agosto de 2015.

**HISTÓRICO DO CURSO.** Disponível em: <http://www.ourinhos.unesp.br/#!/graduacao/curso-de-geografia/o-curso/> Acesso em 20 de agosto de 2015.

**Manual Acadêmico -2011- Geografia.** Disponível em: [http://www.fct.unesp.br/Home/Graduacao/Geografia/Manual\\_Acad.pdf](http://www.fct.unesp.br/Home/Graduacao/Geografia/Manual_Acad.pdf) Acesso em 20 de agosto de 2015

**Manual Acadêmico -2011- Instituto de Geociências e Ciências Exatas.** Disponível em: <  
<http://www.rc.unesp.br/igce/saepeig/manualacademico2011.html>> Acesso em 20 de agosto  
de 2015.